

P.^o António Vieira
OBRAS ESCOLHIDAS

Apêndice

NOTÍCIAS RECONDITAS DO MODO DE PROCEDER DA INQUISIÇÃO COM OS SEUS PRESOS

1.º Manda-me pessoa a quem devo obedecer, lhe refira a forma da prisão do Santo Offício de Portugal e o tratamento dos presos naqueles cárceres; e suposto que a matéria, com todas as circunstâncias, seja inexplicável, em razão do segredo que se observa tão inviolável, como fundamento total da duração, pelo que se não deixam penetrar ainda dos mesmos que as padecem, mais do que na parte que não pode ocultar-se à experiência de cada um, direi contudo o que tenho colhido de notícias de muitos, advertindo que nenhum sabe tudo, mas só o que por ele passou; e assim, prudencialmente deve con-

Nota — Nas Obras Várias, de Vieira (ed. de 1856-1857) em que pela primeira vez aparece este escrito como seu, insere-se, sob a epígrafe, o seguinte: «Informação que ao Pontífice Clemente X deu o Padre António Vieira, a qual o dito papa lhe mandou fazer, estando ele em Roma, na ocasião da causa dos cristãos-novos com o Santo Offício para a mudança dos seus estilos de processar; em que por esse motivo esteve suspensa a Inquisição por sete anos, desde 1674 até 1681. Ao que se segue a eloquente resposta do Padre Vieira à carta impugnatória sobre o mesmo objecto, que lhe foi dirigida.»

O escrito, porém, não é de Vieira. Está muito longe do seu estilo — forte e nervoso, claro e correcto. Se aqui ou além se sente como a impressão digital da sua garra,

5 siderar-se que o que se não vê e o que mais se oculta, é o que mais ofende e impossibilita o remédio dos presos, que, sendo os mais interessados nas causas de seus livramentos, são os que deles sabem menos ou nada; porque o primeiro ditame que se

poderá ser modificação que ele lhe fez, ao ser-lhe dado à apreciação. Atribui-se a Pedro Lupina Freire, que fora notário da Inquisição de Lisboa, dela despedido, sentenciado e degredado por inconfidência e alcance na sua tesouraria. Vieira, em carta de Roma para o P.^o Manuel Fernandes, de 9 de Setembro de 1673, escreve dele: «Aqui anda P. L. Freire e dizem que foi mandado já para este negócio (o de obter da Cúria a modificação dos estilos da Inquisição portuguesa). É homem terrível e que pode servir ou danar muito para as notícias interiores da Inquisição. Como foi secretário dela tantos anos, pode dar muita luz; e, por outra parte, por se congraçar com a mesma Inquisição, pode unir-se com quem faz as suas partes, e parece capaz de tudo, principalmente sendo pobre, ainda que de uns dias a esta parte começou a andar mais luzido.» (*Cartas*, ed. de L. de Azevedo, II, p. 648). Pela abundância dos pormenores fornecidos, pela vulgaridade chã do estilo e até pela frequência das invocações exclamativas, a substituir a frase incisiva, por que se afirma a inteligência sinceramente comovida, bem pode ser do escriba sem altura intelectual nem moral a que se refere Vieira.

Mas o jesuíta pode ter discretamente intervindo no escrito, como intervinha nas diligências que o utilizavam. Ele corresponde, com efeito, em utilidade ao que Vieira esperava de Lupina Freire. E tão oportunamente aparecia, a incitar ao exame dos processos, a exemplificar a monstruosa desumanidade com que eram dirigidos, na altura em que se solicitava da Cúria esse mesmo exame, que não podia deixar de ter de Vieira a aprovação que o teria levado a retocá-lo aqui e além.

Foi em 1722 que pela primeira vez o panfleto foi publicado, em Londres e em italiano, pelo rabino de origem portuguesa David Neto.

observa, é confundi-los para que em tudo vão às cegas, como veremos, com o favor divino, pelas notícias que se seguem.

2.^o Pronunciado um homem no Santo Ofício, o
5 mandam prender, tratando-o como se já estivera convicto, porque, na mesma hora que o prendem, lhe põem na rua sua mulher e filhos; atravessam-lhe as portas, fazem inventário de todos os bens, e, como se a mulher não tivera parte neles, fica des-
10 pojada de tudo sem nenhum remédio; e quando são marido e mulher ambos presos, ficam os filhos em tal desamparo, que em muitas ocasiões meninos e meninas de três e quatro anos se recolhem nos alpendres das igrejas e nos fornos, se neles acham
15 recolhimentos, pedindo pelas portas, por não perecerem; e sendo tão lamentável esta opressão da inocência, mais para sentir são outras consequências; porque, com esta ocasião de desamparo e necessidade, muitas donzelas honestíssimas, que em casa
20 de seus pais viviam honrada e virtuosamente, foram forçadas a perder-se, ou pela sua miséria ou pela ousadia que têm todos contra esta afligida gente; e o mesmo succedeu a muitas mulheres casadas, cujos particulares casos não referimos, assim porque são
25 notórios em todos os povos deste Reino, como por não ofender o nome e a fama das mesmas desgraçadas e de seus pais e maridos; mas sendo necessário se apontará um grande aranzel. Além de que não faltam religiosos que assistiram nas terras onde
30 houve muitos destes sucessos, que poderão certificar muitos e muitos.

E se deve reparar que estas prisões se mandam fazer com uma, duas e três testemunhas, e de tais qualidades, que são presos confessos, sócios no

mesmo crime, que interessam no testemunho a vida e liberdade; enfim, sujeitas a todas as excepções de direito, e nele indignas de crédito, na forma da nossa Ordenação; e sendo ainda estas, nenhuma conteste
 5 com outras, todas são singulares, reprovadas pelas leis; e ainda destas testemunhas é tão pouca a prova, que todos os presos a quem esta não cresce, saem livres. Repare-se quanto se antecipa o castigo, pois, sendo presos, logo as mulheres e filhas donzelas
 10 ficam castigadas com danos irreparáveis. E quantos saíram livres, que ainda hoje não têm recuperado seus bens, que o fisco lhes tirou? Dirão que o fisco é real, e que lhes não toca. Assim devia ser, mas não é assim. Quem governa este fisco? Quem dispõe
 15 dele? Examine-se este ponto, ver-se-á o pouco que vai para a Câmara Real e o muito que se consome. Sendo isto verdade, que o fisco está na sua disposição, porque se não entrega logo a fazenda aos que saem sem perdimento de bens? Tanta pressa
 20 para prender e confiscar e tantos vagares para restituir?! E isto não só aos presos, mas aos acredores dos confiscados, que perdem as fazendas e deixam as causas pelas não continuarem com as dilações e violências que costuma fazer o fisco. E quanto custa
 25 aos procuradores, ainda em caso de necessidade, levar alguma cousa do fisco, fazendo disso serviço, e parecendo que fazem mercê ao príncipe do que é seu!

3.º E se tudo (como se diz à boca cheia) é caridade e misericórdia no Santo Tribunal, como se não
 30 põe remédio a estes danos, que, claro está, são irreparáveis, e os mais deles não sucederam, se àquelas mulheres, filhos e filhas lhes deixassem alguns bens para se alimentarem?

4.^o Leva um familiar ao preso; e é de advertir que os familiares deputedos para estas levas (regularmente falando), principalmente fora da corte, são pessoas ordinárias, que são as mais, e homens de pouco porte, rústicos e oficiais. Estes, que mal se sabem benzer, e que, se lho perguntarem, não hão-de saber explicar que cousa é ser cristão, nem o que é ser judeu, vão logo pelos caminhos persuadindo aos presos que confessem e tornam para suas casas; porque os senhores inquisidores são de muita misericórdia; que a usarão com eles e que, se não confessarem, estarão lá muitos anos e sairão a morrer.

5.^o Chega o familiar com o preso ou presos que leva à Inquisição; vem logo um secretário da Mesa tomar a entrada, e o alcaide dos cárceres para tomar a entrega, com dois guardas; e todos estes começam a persuadir aos presos que confessem, para se usar misericórdia com eles, e sairão para suas casas; e como a vida e a liberdade é tão amada, os mais tomam aqueles conselhos, e vão confessar o que não fizeram; e mais depois que se vêem em cárcere, tal como ao diante se dirá.

6.^o Lançado no livro o termo da entrada, buscam a este preso, e lhe tiram tudo o que leva de ouro e prata, ainda que seja uma verónica, cruz ou imagem de Cristo, Senhor nosso, ou da Virgem nossa Senhora, tirando-lhe também as *Horas* de rezar e todo o género de livros, ainda que sejam espirituais e que não contenham salmos ou autoridades do Testamento Velho, e sejam somente da doutrina cristã e exercício quotidiano, sem lhe darem outros que pudessem encaminhar aos maus e confirmar aos bons, que devia ser o primeiro cuidado nesta ma-

téria. Muitos houve que, por desconsolados de lhes tirarem os livrinhos dos exercícios quotidianos, que costumavam rezar, como o Offício da Cruz, da Conceição, de Nossa Senhora, de S. José e outros semelhantes, e finalmente, dos Mistérios do Rosário, pediram com grande instância na Mesa lhes mandassem dar aqueles livrinhos para se encomendarem a Deus, pois eram cristãos pela misericórdia de Cristo; e não era justo que, sobre estarem sem ouvir missa e sem poder confessar-se, lhes tirassem até o uso e bom costume de suas devoções, porque assim ficariam privados de todos os actos de cristãos. E lhes foi respondido que não necessitavam de livros e só deviam ocupar o tempo em cuidarem nas suas culpas para as confessarem naquela Mesa, e que assim usariam com eles de misericórdia. A isto disseram alguns:

— Muitas culpas temos, e com muitos pecados entrámos nestes cárceres; pedimos um confessor para descarregar nossas almas e aliviar as consciências pelo sacramento da penitência.

Isto requereram muitas vezes os presos, assim homens como mulheres; mas nunca lhes restituíram os livrinhos espirituais para se encomendarem a Deus.

7.º Nem lhes concedem a confissão nem outra alguma doutrina ou prática espiritual em todo o decurso daquelas dilatadas prisões, em que muitos estão seis e oito anos sem confessar-se, e ainda em mais anos, se lá estão, nem uma só vez lhes dão a consolação de adorarem ao Santíssimo Sacramento, ouvindo uma missa; e assim, não se podem confessar aqueles pobres, nem dos pecados passados, nem

dos que cometem na prisão, sendo que lhes não faltam ocasiões para caírem neles.

8.^o Isto não se poder crer! Há-de pedir um preso confissão, dizendo que está em pecado mortal, e não
 5 há-de dar-se-lhe confessor?! Há-de estar na miséria da culpa anos e anos sem remédio, como o paralítico da piscina?! Oh valha-me Jesus Cristo! Pois assim é certo e certíssimo, que para os presos naqueles cárceres não há missa, não há sacramentos nem há
 10 pasto algum espiritual, nem cuidado algum de os convencer do erro do juízo, se o tiverem, nem inclinar-lhes a vontade à Fé, quando poderá suceder, sendo maus, estarem mais obstinados pelo rigor com que os tratam e pelo desamparo em que se
 15 vêem, sendo contrária a doutrina de Cristo, Senhor nosso, que comunicou aos Fariseus para os ensinar, e a prática da Igreja, que permite haja em Roma sinagoga, sem outro fim mais que pregarem-lhes duas vezes cada semana, como se faz; e com isto e
 20 com a comunicação de homens doutos, vivem em conhecimento da verdade. Pois como pode ser que, sem nenhuma destas diligências, se possa converter o que verdadeiramente for herege? E se na morte se lhe dá este sacramento da confissão, porque se
 25 lhe não dará em vida? E porque se há-de negar esse alimento das almas ao que se julgar que tem necessidade dele? Que desconsolação terão disto os bons e que opinião formarão os maus? E os que lhes negam esse remédio, ou sabem o muito fruto
 30 que causa nas almas, pela sua frequência e devoção, ou o ignoram; se o sabem, e ainda assim lho negam, grande impiedade! Se o ignoram, grande desgraça!

9.^o Só se permite pois confissão no artigo de

morte, quando o médico manda; mas os médicos não mandam senão quando o enfermo está já em perigo muito evidente; e então vem o confessor muito de passagem, porque, como os cárceres são
 5 muito sujos e pequenos, e pelo mau cheiro intoleráveis (como ao diante se dirá), não se detém muito o confessor, nem pode, porque está o alcaide esperando à porta do cárcere com os presos companheiros do doente, aos quais tiram para fora no entre-
 10 tanto que se confessa. E assim, por todas as circunstâncias, vem a ser a confissão, não como pede uma consciência muito embaraçada, e que talvez está ali de muitos anos sem confessar-se.

10.º Considere-se agora um homem doente, que
 15 se não confessa há muitos anos, com fatais embarços de consciência; e ainda muitos tão ignorantes que imaginam, se falam verdade na confissão sacramental, contra as falsidades que têm jurado na Mesa, que o confessor irá dar conta na mesma Mesa, e os
 20 castigarão por falsários. Que confissão farão nestas circunstâncias? Oh segredo lamentável, que até o sigilo sacramental fazes temer! Ainda mal, que com semelhante ignorância se fazem muitas confissões sacrílegas (oh sentimento!), seguindo-se danos irre-
 25 mediáveis às almas dos desgraçados, que assim se perdem.

11.º Nestas circunstâncias, bem se vê como ficará uma alma destas bem confessada da primeira vez, pois não lhe concedem outra confissão, nem a sa-
 30 grada comunhão, nem a santa unção, e assim morrem sem alguma consolação espiritual; nem uma imagem de Cristo, nem de Nossa Senhora, nem ainda uma cruz se lhes concede. Contudo, nestes apertos é a fé dos bons tão viva e firme, que com

tintas tiradas das cadeiras pintam como podem nas paredes estas santas imagens, que até pintores os faz a devoção e a necessidade, como se pode ver em muitos cárceres, cujas paredes aparecem pia e
5 devotadamente pintadas com aquelas rústicas e humildes tintas. E assim estão nesta desconolação continuamente orando e encomendando-se a Deus.

12.^o Os companheiros do que está no artigo de morte o ajudam a bem morrer, com lágrimas, com
10 suspiros e com colóquios santos, lembrando-lhe os nomes suavíssimos de Jesus e Maria, rezando-lhe o credo e fazendo-lhe repetir actos de contrição e de amor a Deus, cada um conforme a sua capacidade.

Oh meu Senhor! Se vós fôreis servido, para maior
15 honra e glória do vosso santo nome, fazer que o vosso Vigário na Terra, ou o seu legado, entrasse por um destes cárceres, quando um destes moribundos está expirando, para ver e ouvir o que dizem e o que fazem aqueles que em Portugal tão tratados
20 e afrontados como se foram judeus! E como vivem e morrem oprimidos estes tristes!

13.^o É muito de notar este ponto do artigo de morte; porque no Santo Ofício têm este miserável moribundo por judeu, pede e manda a caridade
25 católica assistir-lhe naquela hora mais apertada e última com maior cuidado, procurando de o converter e livrar de seus erros, para que se não perca aquela alma redimida com o sangue de Jesus Cristo, — e é a ocasião de exercitar a misericórdia e fazer
30 o ofício de varões apostólicos, pelo amor de Deus e do próximo.

E se os inquisidores por suas razões acham não convém irem eles assistir a estes moribundos, quem poderá duvidar ser contra a caridade não lhes man-

darem um religioso douto, fiel e pio, que naquele aperto trate de salvar-lhes as almas e haver notícias particulares do que lhes convém, porque estas confissões últimas da hora da morte são as verdadeiras, feitas sem fingimento nem temor, como se fazem as

5 outras? Se fizeram isto nas ânsias da morte, viram com evidência a firmeza com que os bons amam a Fé, e também conheceriam aos maus naquela tribulação, que ali não há fingimentos.

10 14.º Bem parecera, pois, que um inquisidor entrasse em um imundo e escuro cárcere para visitar ao preso e enfermo e lhe assistir, só a fim de o enganar e salvar-lhe a alma, mostrando-lhe que no Santo Ofício tudo é zelo e desejo do maior bem

15 das almas, e que só violenta aos seus ministros a caridade; e achariam os presos, por experiência, que são pais compassivos na morte os que experimentaram juízes severos na vida, para os apartarem de seus erros.

20 Fazem alguma cousa disto? Nada. Ah, dor e compaixão! Pois logo, que fazem?

Deixam ao miserável enfermo, falto de todo o pasto espiritual, metido entre quatro homens presos pelo mesmo crime de judaísmo; e tendo-o a ele e

25 aos seus companheiros por judeus, os deixam estar senhores árbitros daquela alma; e isto na última hora, donde depende a eternidade. Logo, como dizem se trata naquele tribunal da salvação das almas? E menor fora esta caridade do que ir às terras dos

30 Infiéis a conquistar almas, como fizeram e fazem

15. Entenda-se: só a caridade violenta os seus ministros à aplicação dos tormentos e das penas.

muitos varões santos. Mais breve é o caminho do tribunal aos cárceres, que o da Europa à Índia, China e Japão. Menos se padece em uma hora de cárcere imundo (que por anos padecem os miseráveis presos) do que nas peregrinações de regiões remotas e climas diversos. Oh como seriam eficazes as diligências destes ministros com os enganados, tratando de os reduzir, mais que de os castigar! E se viram que naquele tribunal se tratava de buscar 10 almas para as trazer à luz da verdade; e que, deixando dignidades, rendas e comendas, e cómodos de casa própria, os levava o zelo a converter infiéis, como S. Pedro Mártir, S. Domingos e outros; e que, de relaxarem um apóstata à justiça secular, iam 15 para a sua comunidade comer umas ervas ou uma porção do refeitório, dar esmolas aos pobres, visitar os hospitais e as cadeias, e escrevendo as sentenças com lágrimas, derramariam menos sangue, os presos com razão se persuadiriam que ali não havia 20 outro fim mais que o da salvação das almas.

15.^o Oh clementíssimo Jesus! Tal como esta é a misericórdia dos homens, e a vossa pelo contrário! Até a um Judas, que vos entregou, vos destes sacramentado! E aqui se nega todo o alimento espiritual 25 e conforto às almas que estão clamando que são cristãs, que vos crêem e que vos amam! Ora, Senhor, ouvi estes clamores, já que só homens não os querem ouvir. Ouvi, e remediai. Se à vossa sabedoria é só reservado conhecer e julgar corações 30 humanos, porque hão-de julgar os homens os corações e as almas, presumindo sempre mal e tratando a todos como convencidos, antes de julgados? Se regularmente têm a todos os deste sangue por maus, e assim o dizem, como podem ser seus juizes, e

como hão-de julgar bem? Oh, justíssimo Juiz de vivos e mortos! Alumiai a todos os vossos ministros, e comunicai-lhes muito do vosso espírito, para que julguem como devem os corações e as almas, que
5 tanto vos custaram. O vosso espírito, meu Salvador, é espírito de amor e não de rigor; espírito de perdoar, não de castigar; e este é o bom espírito para reduzir e salvar almas. Vós, conhecendo os interiores, determinastes tempo para os julgar; e o
10 juízo dos homens o faz na vida, e com tanto rigor, que castiga até a alma, tirando-lhe o pasto espiritual.

16.º Tornemos ao ponto. Feito pelo secretário o termo da entrada do preso, se entrega dele o alcaide,
15 e com dois guardas o leva para os cárceres, e ali o mete em um e o deixa sem mais alívio, que ver-se fechado com duas portas, metido em uma casa de quinze palmos de comprido e doze de largo, escura, e que tem por claridade uma fresta levantada do
20 chão dez palmos, pouco mais ou menos, e terá a fresta de largura uma mão travessa e de comprimento três palmos; e assim, dá tão pouca luz que não chega ao chão, e para verem os presos alguma
25 cousa, hão-de estar em pé, porque então lhes dá a luz nos peitos, postos na parede oposta à luz da fresta; e quando estão assentados, nada vêem; e assim, comem às escuras, e todo o dia estão desejando a noite para lhes darem luz. Esta é uma
30 tigelinha de barro vidrado, com um bico como candeia; e para se alumiar, lhe dão azeite por conta da sua limitada ração, que são dois vinténs às pessoas comuns, e só a algumas muito ricas se acrescenta; e deles lhes descontam roupa lavada, carvão para o comer e mais miudezas da cozinha.

17.º Nestes cárceres estão de ordinário quatro e cinco homens, e às vezes mais, conforme o número dos presos que há; e a cada um se lhes dá seu cântaro de água para oito dias (e se se acaba antes, têm paciência), e outro mais para a urina, com um
 5 serviço para as necessidades, que também aos oito dias se despejam; e sendo tantos os em que conservam aquela imundícia, é incrível o que nele padecem estes miseráveis; e no Verão, são tantos os bichos, que andam os cárceres cheios, e os fedores tão
 10 excessivos, que é benefício de Deus sair dali homem vivo. E bem mostram os rostos de todos, quando saem nos autos, o tratamento que lá tiveram, pois vêm em estado que ninguém os conhece. É também
 15 móvel daqueles cárceres um estrado, que toma meia casa, em que fazem as camas, e são ainda assim tão húmidos, que sobre os estrados em poucos dias lhes apodrecem as esteiras das camas e os colchões; e, tomando medida ao estrado, sendo cinco, cabem só
 20 na cama de costas, e ombro com ombro juntos, e assim precisamente, vêm alguns a ficar nos ladrihlos fora dos estrados.

Considerem-se bem estas angústias em uma casa de quinze palmos de comprimento e doze de largo, cinco
 25 homens com cinco cântaros de água e outros cinco de urina, e um ou dois servidores oito dias. Qual será a sua moléstia e aflição! Quatro palmos de casa cabe a cada um. Aos mortos são concedidos sete pés de sepultura, e nem tantos de casa cabem a cada
 30 um destes desgraçados vivos!

Esta é a forma dos cárceres de Coimbra e Évora; os de Lisboa são alguma cousa mais aliviados, assim na grandeza como na luz. Pode haver maior crueldade que a aspereza destes cárceres? Pois ainda há

neles outra maior, que é serem iguais para culpados e para inocentes, para os que estão confessos e convictos, e para os que o não estão. E consistindo na igualdade a justiça, que maior injustiça que esta
5 desigualdade?

18.º Nestes cárceres que ficam referidos, sempre têm que advertir aqueles miseráveis, e não sabem qual é melhor, se estarem sós, se acompanhados. Se estão sós, padecem em uma casa destas a sole-
10 dade e a falta de todo o comércio humano; porque só lhes abrem a porta de fora para dar o comer às suas horas pela grade da segunda porta; se estão acompanhados, padecem as pensões de ruins companheiros e sofrem uns as sem-razões de outros,
15 tendo todos os motivos de impaciências, desgostos e moléstias que se podem imaginar. Particularmente atormentam as companhias aos que se livram e tratam de apurar a sua inocência, porque os outros já confessos os perseguem para que vão confessar, que
20 não há ali outro remédio, e que eles não são mais honrados que os outros, para quererem livrar-se. E falam nisto com tal empenho, como se os tais lhes fizeram grande agravo, só a fim de todos saírem como eles, tendo por descrédito seu fazerem os
25 outros o que eles não fazem. E um triste preso cristão católico tudo isto está sofrendo, e sobre isto e sobre suas penas, temperando aquelas más tenções; porque se de alguma sorte ofende aos que estão confessos, ou logo, estando em sua companhia, vão
30 jurar contra eles para lhes impossibilitarem o livramento, ou, os que são mais acautelados, esperam os mandem daquela companhia, e indo para outra, dizem aos novos companheiros que vão delatar aquele que está em livramento, para o impossibili-

tar que não queira ser mais que eles. E assim se trocam e vão enredando todos, o que succede ainda quando com os companheiros se dão bem, porque não querem os confessos que ninguém saia livre.

5 Tais desaforos e injustiças capeia e encobre nos falsários o segredo que se observa em seus juramentos, porque se procede por testemunhas singulares, ainda sendo presos culpados no mesmo crime, interessados na vida; e estão certos que não hão-de
10 obrigá-los a contestar, que, se eles foram obrigados à contestação do tempo, lugar e ocasião do delicto, não haviam de confessar o que não haviam feito, por ser impossível concordar nas circunstâncias do testemunho falso. Deste ponto se tratará mais cla-
15 ramente ao diante.

Não fora neste caso bom apurar o motivo com que estes vão jurar, que fácil é descobri-lo? E também daqueles que vão jurar, depois de haver mudança, contra aqueles com que de antes estavam
20 companheiros? Confiram bem estas cousas, e ver-se-á o que passa. Advirta-se que muitas vezes succede ir um companheiro do cárcere jurar contra outro e tornar para a sua companhia, e o miserável, quando lhe declaram aquela testemunha,
25 como não cometeu o crime, imagina que lhe acresce de fora. Não faltam casos destes nos processos.

19.^o Já que tocámos nesta matéria de mudança, digamos o que passa.

De tempo em tempo costumam fazer mudança
30 nos cárceres, ou seja por haver mais presos — e para os recolher, é necessário ajuntar dos que lá estão, uns com outros —, ou seja para separar os que hão-de sair no auto dos que hão-de ficar, ou seja para os mover, e por meio de uns, dar notícia aos

outros dos que têm contra si, porque, correndo um mundo inteiro, não acabam de acertar, ou pelos não conhecerem, ou por não se darem que estão presos. E disto há muito e muito; mas seja por
 5 este ou por aquele motivo, sempre é em notável dano dos inocentes, pois com este modo dão notícia deles aos outros. E como o jogo é de cabra-cega, e vão todos com os olhos fechados por adivinhar quem te deu, pelas mudanças sabem os que estão
 10 presos, e logo vão dar neles, como se fosse obrigação dar em todos.

Mas que hão-de fazer estes pobres homens e mulheres, apertados pelo que não fizeram? Vejam-se as mudanças e confirmem-se os processos com elas,
 15 e acharão isto com evidência, e muitos outros inconvenientes, que nem todos se penetram, ainda que muitos são bem patentes; e parece que sendo neste tribunal o segredo tão inviolavelmente observado, finalmente, com estas mudanças se publica quase
 20 tudo.

Valha-me Deus! Só no que é dano e opressão para esta afligida gente se dispensa o segredo! Oh bom Jesus! applicai o remédio!

20.º Estando nestes apertos, nem para sentirem
 25 suas penas têm liberdade os miseráveis. Mandam-lhes que não chorem, nem suspirem rijo, porque presumem que é darem sinal aos dos outros cárceres. Se dão um ai, tendo penas que os obrigam a dar tantos, é crime. Se gritam ou falam alto,
 30 culpa grave, e como tal se castiga. Lamentável caso! É delito a queixa, são culpas os gemidos! É virtude nos ministros o afligir — e crime nos presos o gemer e queixar! Geme o ar insensível, quando o ferem, e não gemerão os homens sensíveis

e racionais?! Hão-de proibir-se e castigar-se os impulsos da natureza?! Quem, se não tiver um coração de pedra, ouvirá sem lágrimas e gemidos, a quem condenam gemidos e lágrimas? Chora, suspira e geme quem sente uma dor ou padece golpes que cortam o coração, ainda para a saúde; e não há-de chorar, suspirar e gemer quem sente tantos golpes na alma? Golpes que cortam a honra, a vida e a fazenda, não são golpes nem dores que possam encobrir-se nem disfarçar-se. Oh inhumanidade que não usaram com os mártires os tiranos!

21.^o Se acaso se atrevem a falar uma palavra de um cárcere para outro, é indispensável a pena, e o mesmo se batem nas paredes. E por qualquer destas cousas, o castigo é pôr mordanças, e açoutes pelos corredores, na mesma forma que cá fora açoutam aos que foram condenados a esta pena vil; e vai um guarda deitando pregão em alta voz, e diz:

20 — Mandam os Senhores Inquisidores açoutar a esta pessoa, por falar de um cárcere para outro; ou por bater, inquietar, gritar, ou ter dúvidas com os companheiros! — declarando o crime por que o açoutam, que sempre são cousas semelhantes.

25 E quando estas pessoas não tivessem a escusa da sua aflicção e miséria em que se vêem, nunca eram dignas de pena vil, não o sendo os crimes; e menos em homens honrados, que, enquanto não estão convencidos, não perderam a honra. E por estas

30 cousas lhes dão açoutes tão cruéis, que alguns padecem muitos dias, meses e anos, intoleráveis dores e inchações nas costas, de que ficam achaques perpétuos. E os mesmos castigos, sem haver excepção de pessoas, se dão às mulheres donzelas e moças,

e tão honestas, que em sua casa e de seus pais, não as via o sol nem a lua; e estas mandam preparar e pôr como vão os açoutados, descobertas com alguma indecência, para as açoutar nas costas.

- 5 E o instrumento deste castigo é o mesmo com que cá fora açouta o algoz, e não basta a estes oprimidos e miseráveis não fazerem tal crime, para se livrarem de tais castigos; basta que bata um, para todos serem castigados os que estão na companhia.
- 10 O pecante é castigado porque bateu ou falou, e os outros, porque o não acusaram; e assim nenhum escapa.

- Advirta-se que por todos estes rigores e maus tratamentos e pela pensão das más companhias,
- 15 passam regularmente todos, sem excepção nem diferença de fidalgos, nobres, religiosos ou freiras. Considere-se uma freira na companhia de uma mulher perdida (que vão lá muitas), ou uma menina donzela e honesta; que bons exemplos e conselhos
- 20 terão em tais companhias! Considere-se uma mulher nobre, casada, autorizada, senhora de sua casa, metida aqui com uma vil e baixa, sem criação, que em tudo se lhe quer igualar e antepor, dizendo que todas são umas, sendo que lá fora nem
- 25 lugar lhe daria de criada! Considere-se um homem honrado, fidalgo de graves procedimentos e de verdade e autoridade, o que padecerá na companhia de um vil, bruto, sem verdade nem razão. Como o há-de sofrer! E se o não sofre, que evidentes
- 30 perigos se lhe seguem! Porque este o vai acusar por qualquer cousa que lhe faça, e procura que outros façam o mesmo! De todos estes enredos estão os cárceres cheios.

22.º Aqui é de saber, se um descobrira ou mal-

sinara aos outros por bater ou falar, se lhe ficarão eles afeiçoados. E se depois aqueles forem jurar contra o companheiro que havia judiado com eles, cada um por seu modo, sem contestação para não
 5 serem convencidos, haviam de valer os seus testemunhos? Ainda mal que valem, e são testemunhas como as outras; porque, como os réus não sabem das mais por nenhuma circunstância, todos ficam da mesma cor; pelo que mais barato é aos desgra-
 10 çados sujeitarem-se à pena vil dos açoites pelo crime que não fizeram, do que exporem-se ao perigo de os castigarem com novos testemunhos no crime do judaísmo. São tantos estes apertos e maus tratamentos, que referi-los seria infinito processo.

15 O que temos dito basta para amostra, e por aqui se podem rastejar os mais; e apurando-se a verdade, há-de achar-se que hoje os castigam por falarem de um cárcere para outro, e amanhã na mudança ajuntam a estes mesmos. Oh valha-me
 20 Jesus Cristo! Hoje tanto segredo, amanhã nenhum! Que será? Esta consideração fique ao discurso de cada um.

23.º E sendo tal o aperto e tão horrendos os cárceres e suas incomodidades, contudo, para mui-
 25 tos presos são como ermos e covas de penitência; ali é contínua a oração; em muitos o jejum e disciplina; muitos jejuam segundas, quartas, sextas e sábados todo o ano, e as sextas-feiras e metade

4. Por *contestação* entenda-se verificação da *concordância de testemunhos*. Um dos estilos inquisitoriais que mais justa revolta provocava era a dispensa de tal concordância para fazer a prova: bastava o testemunho singular e vário.

da quaresma a pão e água, e o traspasso da Virgem, Senhora nossa. Tomam disciplina áspera segundas, quartas e sextas-feiras. Rezam todos os dias o rosário de Nossa Senhora com os mistérios entoados a

5 coros, como se pratica na Igreja; mas isto fazem em voz submissa, porque lho não impidam; como também se açoutam depois da meia-noite, por não se lhes proibir esta hora e ficar mais oculta.

São todas estas obras boas? Podem os tristes

10 acautelar-se mais? Pois ainda assim se lhes proibem. Valha-nos a misericórdia de Cristo! Disciplina é sinal! Rosário é ponto dado! Jejum é engano! E tudo isto nos tristes presos é mau! Pois que hão-de fazer para obrarem bem em tribunal onde se trata de

15 salvar e converter as almas? Tudo se atribui a mal! Disciplina, rosário, jejum e orações, tudo são invenções, tudo hipocrisias! Bem desenganados estão os presos, que lhes não dão crédito, antes sabem que de tudo se lhes faz peçonha, e mais

20 fazem as boas obras referidas. Pois a quem enganam? A Deus? Oh, eterno Jesus da minha alma, fazei a todos patentes estas verdades, e dai a todos luz para conhecerem o que é bem e o que é mal! E vós bem sabeis que assim são julgados os presos

25 e os soltos. E ainda sabeis mais, porque sabeis e sabem todos que os que neste Reino têm a desgraça inculpável deste sangue: se guardam os vossos conselhos, exercitando obras de piedade e devoção, são tidos por maus e simulados; e o não são, se

30 deixam de guardar os vossos preceitos, jurando, ferindo e matando, ou fazendo cousas semelhantes! Valei-me, Senhor, que não há paciência para tolerar que ser homicida e ladrão não seja argumento de ser judeu, e o seja ser devoto e pio!

24.º Temos tocado o menos que referir se pode do tratamento e aperto dos cárceres; e afirmámos que não é a mínima parte, porque o que na verdade passa é impossível explicar-se; e assim só com a experiência e com a vista se pode entender o que ali se padece; e assim estas notícias vêm a ser uma sombra, deixando o mais à imaginação. Não tocámos os particulares dos cárceres das mulheres, menos compreensíveis, e a nossa tenção é falar verdade pura; e como a matéria é arriscada, não queremos ofender, intentando só explicar o que padece: esta desgraçada gente e o que impossibilita o seu remédio.

Mas com tanta cautela como nisto se tem, ainda se entende que as moças e formosas são mais bem tratadas, e com palavras mais suaves. Muitos casos se puderam referir, se não ofenderam. Ainda hoje vive em Madrid uma mulher tão honesta que, pelo que lhe succedeu nos cárceres de uma inquisição de Portugal, não quis que ninguém mais lhe visse o rosto, e ainda hoje lá vive com este sentimento. Oh Jesus da minha alma! Tudo vos é bem patente! Acudi com o remédio!

25.º Pouco crédito dirão que se deve dar ao referido; porque não há autores que escrevam sobre tal matéria, e ainda os presos que experimentaram, não podem testemunhar, porque é crime para os tornarem aos cárceres revelarem qualquer destes segredos, e assim lho notificam quando saem, dando-lhes juramento de guardarem em tudo segredo. E assim, só pelas confissões sacramentais se podem alcançar aquelas verdadeiras notícias. Dizem, porém, que a estas se não deve dar crédito, e que são enganosas.

26.º Primeiramente, respondo que, depois destes
homens saírem reconciliados, deve supor-se que não
vêm mentir às confissões sacramentais, aliás não
foram bem e verdadeiramente reconciliados, pois
5 fazem as confissões sacrílegas, o que não pode
presumir-se, antes o contrário, para não ser a con-
fissão infrutuosa. Em segundo lugar, digo que, se
tudo é tão justificado, para que é tanto segredo,
com penas, juramentos, etc.? Não seria maior jus-
10 tificação do Santo Ofício deixar dizer aos réus
públicamente o que passam, e como em tudo se
procede com eles, impondo-lhes só a obrigação na-
tural de dizerem a verdade? e nestes termos, dizendo
eles mentira, castigá-los com maiores castigos
15 (e seriam bem castigados), tirando-lhes o motivo
de poderem dizer que padecem inocentes e que não
podem abrir a boca para procurar remédio, e que
padecem indefensos, porque o medo e o segredo
lhes impossibilitam os meios de apurarem a sua ino-
20 cência?

Se alguém duvidar do referido acerca do pro-
cedimento e cárceres, requeremos que seja tudo
visto e examinado, e achar-se-á ser tudo o sobre-
dito verdade, e se verão muitas cousas ainda piores,
25 que nem tudo se pode escrever; e só a vista e a
experiência poderão bem mostrar o que lá vai
dentro.

Demais: que se à confissão sacramental se não
deve dar crédito, como se dá tanto à judicial que
30 fazem os tristes, oprimidos e temerosos, e como
único remédio para livrar a vida e a liberdade?
E se enganam aos confessores, não enganam aos
inquisidores? Se mentem àqueles, não mentirão a
estes? E por consequência, não haverá enganar e

mentiras em presos e testemunhas? Enganam aos confessores até com as demonstrações de lágrimas e gemidos que ouvem a muitos, e não lançarão uma lágrima e darão um suspiro em um potro? Não mudaram a cor em uma batalha, e são tão néscios estes confessores, que não conheçam se os enganam quando a mudam? Se os que assim julgam os examinaram, e foram confessores com espírito e letras, haviam de julgar como estes julgam. E quem 10 dirá que julga melhor o povo ignorante, e ainda os entendidos, que os doutos e virtuosos, principalmente não tendo os miseráveis liberdade para falarem mais que na confissão? E que interesse tiram de enganarem a um confessor, que lhes não 15 pode valer?

27.^o Agora, dos cárceres acompanhemos um destes presos indo à Mesa, e por ele iremos percorrendo toda a forma do processo que se usa. Em primeiro lugar com os negativos; em segundo lugar com os 20 confitentes.

Oh luz soberana do divino Espírito! dirige e governai minha boa e recta tenção e a pena com que isto escrevo, para que acerte o meu juízo a explicar verdades sólidas e infalíveis, pois a isto me não 25 dirige outro affecto mais que o zelo do vosso santo serviço e o bem de tantas almas. Bem vedes o meu coração, e assim vos rogo, pela vossa imensa piedade, me não desampareis nem permitais que continue, se não é para vossa maior honra e glória.

30 28.^o Tira o alcaide dos cárceres um preso para o

4. O *potro* era um cavalete de madeira, onde as vítimas eram submetidas a tormentos.

levar à Mesa com um guarda diante. Chega à Mesa, sem capa nem chapéu, como sai do cárcere. Mandam-lhe que se ponha de joelhos, e assim lhe falam. A primeira pergunta é: — Como se chama? Onde
 5 é natural? Com quem é casado? Quem o prendeu? e outras miudezas — e tudo se escreve. Segunda; perguntam-lhe se sabe porque vem preso? Respondem muitos que não; porque eles são e sempre foram cristãos, e não têm crime que deva nada ao
 10 Santo Officio; e assim é a sua prisão por testemunhos falsos. Logo lhe dão juramento de guardar segredo em tudo o que passar nos cárceres, e lhe for perguntado, e o mandam assinar e levar outra vez para os cárceres.

15 Esta é a primeira vez que vão à Mesa; e lhe mandam rezar as orações do Padre Nosso, Ave-Maria, Credo, Salve Rainha e todas as mais que querem: e, regularmente falando, acham que todos as sabem muito bem. Pois se as sabem, para que
 20 os mandam aprender a doutrina depois de saírem? — Para que, enganado, o povo entenda (como entende) que a não sabem até àquele tempo, e que ali lha ensinam.

29.º A muitos têm dois, três e quatro anos, só
 25 com estas primeiras diligências, sem os chamarem mais nem lhes dizerem porque estão presos. Com outros logo vão continuando as diligências. Nisto não há certeza. Só se presume que os que estão muito tempo sem lhes falarem na sua causa, são
 30 presos com poucas testemunhas, e os deixam estar até que, sabendo-se que estão presos, vão sobre eles carregando novas testemunhas. Mas seja qual for a razão, sempre é em dano excessivo dos miseráveis, que, vendo-se desesperados naquela hor-

renda prisão, com tantas dilações, e ouvindo todos os dias aos guardas e alcaides prègando-lhes que confessem o por que estão presos, assim succedeu algumas vezes confessarem a culpa de que estão
5 delatados e não porque foram presos; porque, como vão a olhos fechados, e nem uma nem outra culpa cometeram, não podem adivinhar; e assim cada um diz o que lhe ocorre.

Muito disto se poderá ver nos processos; e se
10 mostra por muitos casos de cristãos-velhos, que confessaram o que não fizeram; e muitos que por isso tornaram a ser presos e castigados. E se a tanto dirige a opressão e temor aos cristãos-velhos, ou ao que não sabe se o é ou não, que ainda pode
15 conservar a sua honra, que muito que obrigue ao cristão-novo, que já a vê perdida, e que já não pode escapar da infâmia, ainda que seja um santo?

[Esta presunção que dizemos faz aos presos dano irreparável, por causa das ditas dilações. Não afir-
20 mamos ser intentada, porque seria ímpia, mas é certo que o dano dos presos é notável, porque, sendo sentenciados, logo sairiam e não lhes escreveriam os julgamentos dos que depois vão para os cárceres e dão neles só porque sabem estão
25 presos, e não dariam, se estiveram livres. Advirta-se que os presos que lhes dão libelo e ditaram e declaram de prova (que melhor se chamara confissão) não alcançam por nenhuma circunstância quais são ou quantas as testemunhas com que
30 foram presos e nem as que depois lhes cresceram,

18. Este parágrafo não vem na 1.^a edição, mas insere-o o Ms. 323 dos Reservados da B. N.

porque todas vão na declaração sem nenhuma diferença, e assim só por aqueles a quem não cresce depois de presos se alcança a pouca prova com que os prendem.]

- 5 30.º A segunda chamada à Mesa é para declarar a geração. Perguntam-lhe pelo pai, mãe e avós, e se são cristãos-velhos ou novos, quantos irmãos têm e como se chamam. Pela mesma forma, os
- 10 filhos de cada irmão. Logo, quantos irmãos teve seu pai. E os filhos que teve cada irmão de seu pai. E na mesma forma, os irmãos de sua mãe, e seus filhos. E por este modo lhe fazem declarar, por linha direita e transversal, todos os seus parentes até o segundo grau de consanguinidade, e por
- 15 afinidade até o primeiro, como sogros e cunhados; do que resulta um dano irreparável aos inocentes, porque os presos, aflitos e oprimidos, às cegas, e cheios de temor, lhes parece que, perguntando-lhes por sua geração e escrevendo-lha, é para ver se,
- 20 quando confessam, deixam de dar em algum daqueles que ficam escritos, e lhes parece que se não dão em todos, não têm remédio para remirem a vida, e daqui vem darem muitos nos pais, filhos, irmãos, sobrinhos e primos, e em todos falsamente:
- 25 e depois são apertados pelas testemunhas que têm contra si, que talvez não conhecem; e assim correm todo o mundo, e dão em todos, e nem assim acertam, e saem a morrer diminutos. Oh bom Jesus! como sofreis e permitis esta confusão! Se este miserável
- 30 rável deu em toda a sua geração, e em todos os que conhecia, como sai a morrer diminuto? Com que fundamento se presume racionalmente que, acusando-se a si, e a seu pai, mãe e irmãos, deixe de acusar aos estranhos? Como se deixa matar?

Vejam-se os processos dos diminutos, e achar-se-ão cousas que assombrem nesta matéria!

31.^o Escrita a geração, dizem ao preso se quer confessar suas culpas, que terão misericórdia com ele. E esta chamam a primeira admoestação, sem
5 lhe declararem as culpas e a qualidade delas. Responde que é e foi sempre cristão, e não tem culpas tocantes àquele tribunal para confessar nele. Dão-lhe outro juramento de segredo, e assina e volta
10 para o cárcere.

É de notar estes juramentos e outros muitos que se dão aos tais presos; porque, se eles o estão pelo crime da heresia, não estão capazes para os recordarem, e menos para em virtude deles convencerem
15 a outrem; e se estão capazes, como lhes denegam os mais actos? Donde se colhe que só para fazer dano e prejuízo a terceiro os fazem capazes, não o estando para jurar de direito.

A terceira vez que o levam à Mesa é a segunda
20 admoestação. Dão-lhe logo juramento de guardar segredo e dizer verdade do que lhe for perguntado. E perguntam, em primeiro lugar, se quer confessar suas culpas, que se usará naquela Mesa com ele de misericórdia. Responde que é cristão católico, e
25 que nunca se apartou da Fé. Escrito isto, lhe come-

13-14. Na 1.^a ed. ocorre para «o» recordar... em virtude «dele»... Cremos que os pronomes se referem aos juramentos. «Capazes» de os recordar, de por virtude deles convencerem a outrem significa estarem os incriminados nas condições morais e legais que validam o juramento. Se o exigem de hereges, é porque os julgam nessas condições — capazes de prestar juramento válido. E se o seu juramento é válido, porque lho denegam noutros actos?

çam a ler toda a Lei de Moisés, por perguntas, na forma seguinte:

32.º Foi perguntado: se se apartou da crença da Lei de Cristo, Senhor nosso, para a Lei de Moisés?

5 Ou se sabe que algum cristão baptizado o fizesse? Respondeu que não.

33.º Foi perguntado: se em observância da Lei de Moisés, deixou de comer carne de porco, peixe de pele, coelho ou lebre, etc.? Respondeu que não.

10 34.º Baste isto para exemplo, que até escrever tais cousas faz horror. Por este modo lhe vão perguntando todos os preceitos daquela Lei. Responde o miserável a cada pergunta, como verdadeiro cristão, e diz:

15 — Senhores, para que é lerem-me Vossas Senhorias isto, se eu à primeira pergunta respondi que era cristão, e nesta resposta já fica dito que em nenhuma cousa destas estou compreendido? Para que querem que esteja ouvindo o que tanto me
20 molesta?

Sem embargo de os mais se afligirem de ouvir aquela lenda, vão lendo tudo e escrevendo, mas não escrevem a moléstia e pena do réu; nem as muitas respostas que dão, mas só: — a cada per-
25 gunta respondeu que não.

35.º Houve uma pessoa que, ouvindo os muitos disparates e despropósitos que lhe perguntavam, que dizem serem preceitos daquela Lei, como varrer a casa às avessas, deitar migalhas de pão e pingas
30 de vinho em os cântaros da água, etc., respondeu:

— Senhores, eu já disse que sou cristão, e que nada da Lei de Moisés fiz, e assim é escusado gastarem este tempo, sendo tanto necessário para Vossas Senhorias despacharem os miseráveis que,

como eu, estão padecendo há tantos anos nestes cárceres; e (seja-me permitido falar assim) para que é ensinar estas cousas a quem nunca as ouviu nem sabe? E quantos daqui tomarão o que hão-de
5 confessar, para se remediarem?

Responderam:

— Dizeis que aqui vos ensinam, lendo-vos estas cousas?

— Se o disser — tornou o réu — direi a verdade;
10 porque esta é a primeira vez que ouvi semelhante cousas.

E com quanta razão se pode entender assim de meninos, mulheres e ignorantes, que aqui vêm? E deve advertir-se que, destas respostas que dão
15 os presos, nada se escreve nos processos; porque se neles se escrevessem, ver-se-iam cousas notáveis, que cortariam os corações dos fiéis cristãos: mas ali só se escreve, ou sim ou não, com que conclui a resposta, deixando as mais cousas que os presos
20 dizem, que foram bem necessárias para o conhecimento das suas causas. Se os tais presos que lá estiveram, tivessem liberdade para falarem, cousas notáveis se ouviriam, que só quem as experimenta as pode explicar.

25 Lida assim e perguntada toda a Lei de Moisés, assina o preso e volta para o cárcere.

37.º Daqui ao tempo que lhes parece, que não tem termo certo, porque a uns se fazem todas as diligências em uma e duas semanas, e a outros se
30 interpolam meses e anos, e os miseráveis, por mais que queiram adiantar os seus livramentos, não podem, porque os não levam à Mesa, nem lhes ouvem requerimentos, ainda que os peçam, salvo aos confessos, que a estes, para irem jurar contra

os outros, cada vez que querem os levam logo à Mesa; mas os que estão em livramento, não vão senão quando da Mesa os chamom, e assim correm estes tristes sua tormenta, entregues à Providência divina, e sem remédio humano para abreviarem a sua causa.

38.º Sucedeu a alguns destes pedirem Mesa e levá-los o alcaide, cuidando que, de enfadados na prisão, vão confessar. Chegados à Mesa, representam com lágrimas e lástima a sua causa e razões, e que há tantos anos estão ali, sem se lhes falar nos seus processos; que pedem e requerem se corra com eles, e lhes concedam os meios de direito para se defenderem e mostrarem a sua inocência. A resposta é:

— Quereis vós confessar vossas culpas?

— Que culpas — dizem os presos — se somos católicos cristãos, que cremos, veneramos e adoramos a Jesus Cristo?

Sem ouvirem mais, nem escrever-se nada disto, que pode mover as pedras, os mandam logo para o cárcere, e às vezes, com razões e repreensões bem pesadas, e os guardas e alcaide pelo caminho os vão molestando, pelo atrevimento de pedirem Mesa sem ser para confessar: e assim não têm estes tristes e desgraçados presos outro remédio mais que padecer e esperar, sem poderem falar nas suas causas, em que lhes não vai menos que a vida, liberdade, honra e fazenda.

Todas as leis persuadem a brevidade das causas, e muito mais das criminaes, que põem termo às suas decisões, e até os dias para as devassas têm limite. Sòmente estas causas o não têm? Se há prova, que se castigue; se a não há, que se absolva,

se é que há absolvição nesta matéria. Porque não há-de sair solto e livre o inocente, padecendo sempre os graves prejuízos e penas, de anos de cárcere (e de tal cárcere), da infâmia e dano dos bens, os castigos na honra e na fazenda, necessariamente padecidos, que, sendo graves para os culpados, quanto mais o serão para os inocentes!

Padecendo enfim em uma tal masmorra as mágoas referidas, padecem também, com a dilação da sua causa, ver não só suspenso o seu livramento, mas desamparada a sua casa, sua mulher e filhos, e isto só por culpa de não terem culpa! Pois não é outra a destes infelizes, e os mais desgraçados de todos os nascidos, porque por não terem culpa se dilata o padecer, esperando-se a tenham. E se se trocaram as bolas, e as diligências que fazem para os culpar, se fizessem para os absolver, que inocentes houvera! Se é louvável e bom o estilo destas dilações, porque o não aprovam as leis civis e eclesiásticas, mas antes em tudo o abominam?

Não deu nesta traça de averiguar as heresias ou outros delitos graves nenhum dos santos pontífices da Igreja; nenhum dos insignes e prudentes padres que ilustraram o Mundo. E se deste e dos mais estilos, até aqui referidos, houver Breve da Sé Apostólica ou regimento aprovado por ela, será justificado o seu procedimento; porém, se o não houver, será justificada a queixa dele. E que mais podem fazer estes miseráveis, que pedirem se lhes corra com a sua causa? E em vez de lha abreviarem, os repreendem por isso! e até os mesmos guardas os perseguem e scandalizam! Não pode haver maior impiedade!

39.º Tornemos ao ponto de que nos divertimos.

Daqui ao tempo que lhes parece tornam a levar ao miserável à Mesa, e a esta chamam terceira e última admoestação. Apertam-no muito, que confesse e se valha da misericórdia com que aquele
 5 tribunal o tem admoestado; que lhe advertem ser aquela a terceira e última admoestação que lhe hão-de fazer, e será castigado com os rigores que o Santo Offício usa com os que não confessam. E isto dizem com tal severidade, que muitos dos
 10 que se viram em semelhantes casos, confessaram que estavam perdidos e tremendo neste acto.

Oh, valha-nos a piedade de Jesus Cristo! Para que é tanto rigor? Para que são tantos assombros? E se neste acto temem os homens de valor e juízo,
 15 que farão mulheres, meninos e meninas honestas e ignorantes, delicadas e fracas? É ponto este em que, com mais declarado temor, confessam muitos o que nunca fizeram, porém a alguns dá o Senhor, por sua misericórdia, constância e valor para des-
 20 prezar os perigos e ameaças de castigos, e persistem dizendo que são e sempre foram cristãos e não têm que confessar. A este dizem então:

— No cabo lhe achareis o erro, e ouvireis a última sentença. E já o promotor da justiça requer
 25 cumprir.

Chamam ao promotor, vem com o libelo, e começa a ler o secretário, e diz assim:

Libelo

40.º Diz o promotor da justiça contra o réu *Fulano*, preso nos cárceres do Santo Offício. E se
 30 cumprir,

Provará que, sendo cristão baptizado, se apartou

da nossa santa Fé, se passou à crença da Lei de Moisés, crendo que nela havia salvação, e usando das cerimónias judaicas, em observância da dita Lei;

- 5 Provará que o réu se achou em certa parte com pessoa de sua nação, e entre práticas se declararam que criam na Lei de Moisés, e em observância dela não comiam carne de porco, nem peixe de pele;

- 10 Provará que, achando-se o réu em certa parte com pessoas de sua nação, com ocasião de uma das ditas pessoas dizer que comera presunto, respondeu o réu que ele nunca o comia; e outra das pessoas disse que fazia muito bem, se era em observância da sua Lei. E com esta ocasião se
15 declararam que criam e viviam na Lei de Moisés e não comiam presunto e vestiam camisa lavada aos sábados;

- Provará que o réu se achou em certa parte com pessoas de sua nação, e, dizendo-lhe o réu que
20 queria comprar um ofício autorizado, lhe respondeu uma das ditas pessoas que não fizesse tal, porque lho haviam de impedir, por ser de nação. E outra pessoa das que estavam presentes disse que bem o podia comprar, que lho não haviam de impedir,
25 porque havia muitos exemplos de pessoas de sua nação que serviam semelhantes ofícios. E com esta ocasião se declararam que criam e viviam na Lei de Moisés, para serem ricos e honrados, e em observância dela rezavam o Padre Nosso, e não
30 comiam coelho, nem lebre, nem peixe de pele.

Pede recebimento e cumprimento de direito; e provado o que baste, que o réu seja relaxado à justiça

secular, como apóstata de nossa Fé e herege.

Esta é a formalidade dos libelos, pouco mais ou menos. E fizemos o exemplo referido, para por ele
5 explicarmos melhor a forma dos processos.

Repare-se nos motivos e fundamentos que nestes artigos dos libelos se dão para a declaração, pois todos são como estes; e faça-se reflexão como se compadece em matéria tão grave, como a da Fé,
10 declarar-se com tão levianas práticas e ocasião, que sempre toque em *comer*, *não comer* e outras ninharias; e tudo vem a ser o mesmo. Claro está que, se foram verdades, haviam ser os motivos certos, verosímeis e acomodados ao tal fim. Mas como tudo
15 são fingimentos e falsidades, tudo vem a ser *lebres*, *coelhos*, *peixes de pele*, e outras sujidades e dispa- rates incríveis. E como é crível que uma mulher donzela e honesta, a quem seu pai não permitiu nunca falar com ninguém, tivesse estas declarações
20 com soldados estragados e com mulheres profanas, com as quais seus pais as não deixariam falar, nem ainda de vista, e lhes atirariam à espingarda, se lhes chegassem à porta?

Pois vejam-se os processos, achar-se-ão muitas
25 declarações com gente semelhante; e julgue-se prudentemente se o admite a razão: e se o ajuste é de presunções, quem pode negar estas em favor das pobres donzelas? E com tudo isto as prendem, e por este modo as prendem! Vós, meu Jesus, sois
30 de tudo isto boa testemunha, e haveis de ser juiz.

41.º Lido o libelo, lhe perguntam se é verdade o que ali se lhe leu? Responde que tudo é falso;

porque ele é e foi sempre verdadeiro cristão. Assina o termo, e volta para o cárcere.

42.^o Dali a tempos, que, como temos dito, é quando querem, chamam a este réu e um letrado, 5 que tem nome de procurador dos presos. E dizem ao letrado: este réu pede procurador para lhe correr com a sua causa. V. M.^{ca} o seja e requeira por ele; e se entender que maliciosamente se defende, dará conta na Mesa. E com estas razões despedem o 10 letrado, e com ele vai o preso para outra casa, aonde também assiste um contínuo ou vigia, para que o letrado e o preso não possam falar uma palavra de que na Mesa se não tenha notícia por aquele contínuo ou vigia, que para isso o mandam (o le- 15 trado vai já por vigia das tenções, que só a Deus pertencem, e que facilmente entenderá se se defende maliciosamente, porque todos, especialmente os que tocam ao Santo Offício, presumem sempre desta gente o pior).

20 Assentam-se o letrado e o vigia em suas cadeiras, e o preso, sem chapéu, em um tamboretinho, ainda que seja clérigo, frade ou fidalgo, que em nada os diferenciam, ainda que até então esteja em termos de ser absolto da instância por falta de prova. 25 Lê o letrado o libelo, de que lhe dão ali o traslado dele, e lido, pergunta ao preso que tem que dizer contra aquilo que ali se diz dele? Responde o preso:

— Muito; e, mostrarei que tudo isto que ali se 30 diz fazia eu pelo contrário, porque sou cristão verdadeiro, e como tal vivi sempre, sem nunca se achar em mim crime algum contra a nossa santa Fé.

Começa o letrado a escrever o que parece serve de contrariedade ao libelo, e diz desta sorte:

Contrariedade

43.º Provará que o réu é cristão baptizado, e como tal vive, fazendo todos os actos de cristão e de piedade, ouvindo missas e sermões, e commun-
gando muito a miúdo, dando esmolos aos pobres e
5 às religiões e fazendo muitas obras pias em ser-
viço de Nosso Senhor Jesus Cristo e da sua San-
tíssima Mãe, servindo nas igrejas e irmandades,
dispendendo muito da sua fazenda, e nunca se
achou nele obra nem palavra contrária à nossa Fé;
10 antes mostrou sempre em tudo muito amor e temor
de Deus, veneração de Cristo e dos Santos, e muito
amor do próximo;

Provará que nunca vestiu camisa lavada ao sá-
bado e que sempre comia em sua casa lebre, coelho,
15 carne de porco e peixe de pele, e tudo o mais que
se diz ser proibido na Lei de Moisés, porque, como
verdadeiro cristão, em nada fazia diferença e em
tudo vivia conforme os preceitos da Santa Madre
Igreja Católica Romana, o que constará pelos cria-
20 dos e criadas de sua casa, que o serviam e lhe
faziam de comer, os quais todos eram cristãos-
-velhos; e pelos seus confessores e párocos, de quem
era freguês, e em geral, por todos aqueles que o
conheciam e tratavam, por ser público e notório
25 o seu bom procedimento e verdade e limpeza com
que vivia.

Esta é a substância de que se compõe a contra-
riedade, com mais ou menos artigos. Feita e assi-
nada pelo letrado e pelo preso, levam-na à Mesa,
30 e o preso para o cárcere.

Adverte-se que tudo o que se diz nesta contra-
riedade, se prova legalmente com os criados

cristãos-velhos, e que têm na casa interior conhecimento, e com o testemunho dos confessores, párocos e mais pessoas de crédito, eclesiásticas e seculares; porque, como são actos positivos, que se podem
5 provar, juram verdade. Assim ela valera! Se se virem os autos, achar-se-ão cousas notáveis, provadas em abono dos réus.

44.^o Daí a outro tempo, que nunca têm certeza, chamam a este réu para dar suas testemunhas à
10 contrariedade ou abonação, como lhe quiserem chamar, e lhe dizem que as nomeie, advertindo-lhe: hão-de ser de crédito, cristãos-velhos, e seis para cada artigo, e ao menos três. Assim o fazem, e muitas mais deram, porque tudo o que alegam são
15 verdades muito notórias na abonação de sua vida e costumes. Assim puderam prevalecer contra as falsidades e convencer aos falsários! E puderam claramente, se a singularidade e o segredo o não defenderam.

20 Dadas as testemunhas, que o réu vai nomeando e o secretário escrevendo, lhe dão juramento; assina e volta para o cárcere.

45.^o Depois, passado outro tempo, também incerto, chamam ao réu, e, suposto que na terceira
25 admoestação lhe disseram era a última, sempre vão apertando com ele que confesse, e sempre em todas as chamadas, são as primeiras cerimónias dar-lhe juramento de falar verdade e apertos para que confesse. Torna o réu a responder que é cristão e
30 não tem que confessar. Dizem-lhe então:

— Pois ouvi, que já o promotor da justiça requer se vos dê declaração da prova que tem contra vós. Lê o secretário, e diz assim:

Declaração da prova da justiça contra o réu

Primeira testemunha (suponhamos que se chamava Brás) de justiça jurada e ratificada, na forma do direito, diz que sabe, pelo ver e ouvir, que haverá dez anos, pouco mais ou menos, que o réu
 5 (Luís) se achou em certa parte (Coimbra) com pessoas de sua nação, e entre práticas se declararam que criam e viviam na Lei de Moisés, e em observância dela não comiam carne de porco, nem peixe de pele.

10 Segunda testemunha (João) de justiça jurada e ratificada, na forma de direito, diz que sabe, pelo ver e ouvir, que, achando-se o réu (Luís) em certa parte (Castelo Branco) com pessoas de sua nação (Francisco e António), haverá quinze anos, pouco
 15 mais ou menos, com ocasião de uma das ditas pessoas (António) dizer que comia presunto, respondeu o réu (Luís) que ele o não comia. E outra das ditas pessoas (Francisco) disse que fazia muito bem, se era em observância da sua Lei, e com
 20 esta ocasião se declararam que criam e viviam na lei de Moisés, e não comiam presunto e vestiam camisa lavada aos sábados.

Terceira testemunha (Gonçalo) de justiça jurada e ratificada, na forma de direito, diz que sabe, pelo
 25 ver e ouvir, que haverá seis anos, pouco mais ou menos, que o réu se achou em certa parte (Tomar), com pessoas de sua nação (Manuel e Francisco), e dizendo o réu (Luís) que queria comprar um ofício autorizado, lhe respondera uma das ditas pes-
 30 soas (Manuel) que tal não fizesse, porque lho haviam de impedir por ser de nação; e outra pessoa (Fernando) das que presentes estavam, disse que

5 bem o podia comprar, que não lho haviam de impedir, porque havia muitos exemplos de pessoas da sua nação, que serviam semelhantes officios. E com esta ocasião se declararam que viviam e criam na lei de Moisés, para serem ricos e honrados; e em observância dela rezavam o Padre Nosso; não comiam coelho, nem lebre, nem peixe de pele etc.

10 Esta é a forma das declarações que se dão aos presos, da prova que têm contra si. Esta do réu que se chama Luís, é de três testemunhas, e, como delas se vê, todas três são singulares; e não pareça que são poucas para ser preso, porque houve muitos que o foram com duas e outros só com uma, e 15 todas são singulares, sem contestação; porque, como são falsas, não podem contestar. Vejam-se os processos, que de mil, se não há-de achar uma contestação, salvo os apresentados, que se escusam de fora, e vão ajustados, dos quais se tratará em seu 20 lugar.

Para a conferência que se há-de fazer adiante, se advirta nesta primeira testemunha acima que, quando a testemunha diz que se achou o réu *com* 25 *peessoas* (como diz esta), declara que estiveram sós, ela e o réu; e para melhor se entender, suponhamos que esta testemunha se chama Brás e o réu Luís e a *certa parte* Coimbra. Para nota e conferência desta testemunha referida, advirta-se que aqui diz *peessoas*, e assim, são mais que a testemunha e o 30 réu. Suponhamos que o réu é Luís, as pessoas, Francisco e António, a testemunha João, e a *certa parte* Castelo Branco. Aqui pomos estas três pes-

16. Ver nota da pág. 157.

soas para exemplo, que às vezes dizem que estavam seis ou sete, e mais, e isto chamam *juntas*, nas quais *juntas* leva a mesma testemunha muitas de um tiro, e ficam todos embaraçados uns com outros, como se verá adiante, notando esta testemunha. Para nota de terceira testemunha, suponhamos que a testemunha é Gonçalo, e o réu Luís, e outro Manuel, e a *certa parte* Tomar, etc. Note-se que acto tão expresso o de que trata esta testemunha ao que jura Gonçalo, para que, se fora verdadeira, se lembrem dele Fernando e Manuel, contra quem juram; e adiante se verá a variedade com que em nada contesta. E advirta-se que nos processos se hão-de achar declarações de cousas mais expressas e conhecidas que estas, e nunca acertam com elas, para contestarem, porque, como são falsas, não pode haver contestação.

Lida a tal declaração acima, que melhor se deve chamar confusão, perguntam-lhe se é verdade o que ali lhe leram? Torna a dizer que é falso, e que é verdadeiro cristão, e nunca creu na Lei de Moisés. Jura, assina e volta para o cárcere.

46.º Dali a outro tempo, levam o miserável réu ao seu letrado, que tem o nome de procurador, mas nem procura nem requer, nem pode requerer o que pelos fundamentos do direito entende, porque não pode usar do direito, nem exceder os termos ali praticados e ordenados, que vêm a ser contraditar testemunhas, cega e confusamente. Nem os letrados sabem mais das cousas que os presos, porque não vêem os processos, nem os termos que neles se continuam, e todos se processam em ausência do procurador, só com o preso, e de nenhum se lhes dá vista, ainda que sejam prejudiciais, judiciais ou

injudiciais, para os contestar e defender ao preso, ou os anular com fundamentos de direito; de sorte que ali os letrados não usam das letras, nem arrazoam, nem alegam, nem podem, porque não
 5 sabem das causas e processo; e assim, justamente se diz que são procuradores no nome e *pro forma*, e sempre os tais são eleitos pela Mesa entre seus familiares, os mais resolutos contra cristãos-novos; e assim, verdadeiramente não são procuradores
 10 pelos presos, senão contra os presos.

Este letrado vai depois depor à Mesa o que entende do preso; e como lhe será favorável? Se diz bem, de nada serve ao réu, porque se há-de julgar pelos autos, e raro será o sujeito de quem tais letrados formem bom conceito; que a natural presunção
 15 de todos os tocantes ao tribunal está contra esta afligida gente, e em muitos com uma cega inclinação e aborrecimento: e assim, sempre o letrado sentirá mal; e a sua presunção má, com qualidade de
 20 procurador, fará muito dano aos presos. E sendo presunção para bem, nenhum faz ao dito preso, por ser do seu procurador, e tudo vem a redundar em opressão dos miseráveis, sem esperança nem remédio para a defesa; porque, como fica dito, o letrado
 25 não vê os autos, nem pode alegar de direito.

Não é assim o promotor da justiça, que para os acusar vê todo o processo e é senhor de todo o segredo. E bem se vê a desigualdade do procurador do autor e do réu, não havendo esta diferença em
 30 nenhum tribunal secular ou eclesiástico, nem em

1. Sobre questões *prejudiciais* e *injudiciais*, vid. *Aditamentos*.

delito algum de lesa-majestade humana, nem outro em que se admitam quaisquer testemunhas, e sem nome, ou em que haja outras semelhantes especialidades. Vejam-se os processos, e geralmente se
 5 achará em todos o que neste número se refere. Se os letrados encontram o modo e estilo de processar as testemunhas, por serem todas sem contestação, e algumas singulares, e por serem os mesmos presos, que no seu testemunho têm a vida e liberdade; e se
 10 tudo isto anularam, era crime para os meterem em um cárcere, e lhes darem ásperos castigos por sentirem mal do procedimento daquele tribunal.

47.º Bem se conhece claramente do referido a desigualdade do juízo em que os miseráveis perecem
 15 sem defesa; e tudo é contra eles, e nada em favor da sua inocência: e assim são castigados, ou a morrerem queimados, ou infamados e havidos por judeus, ou a confessarem o que não fizeram, impondo-se falsos testemunhos a si e a seus próximos,
 20 porque a experiência lhes ensina que não têm outro remédio para a vida; e como esta e a liberdade são tão amadas dos homens, e se concedem aos réus por fazerem aquelas falsas confissões, por isso nos autos-da-fé vemos sair muitos confessos, sendo ver-
 25 dadeiros cristãos, e o povo e todo o Reino enganados, imaginando que são judeus.

De todos estes males é raiz o inviolável segredo; porque, como daquelas causas ninguém sabe, e os inquisidores e secretários, e ainda os mesmos pre-
 30 sos, têm tão repetidos e apertados juramentos de guardarem segredo, que, se algum o quebra, é punido e castigado tão severamente, dura este jogo da

6. *Encontrar* significa *contrariar*, *protestar contra*...

cabra-cega, sem os príncipes, Reino e povo, nem
 ainda a Sé Apostólica poderem descobrir as violên-
 cias, opressões e excessos com que se procede, e o
 muito que tem padecido e padece esta miserável
 5 gente. E daqui vem fazer-se este crime público, com
 aparências de verdade, sendo quase tudo falso, nas-
 cido desta confusão e labirinto; e ainda o que é ver-
 dadeiro nasce muita parte de se fomentar tanto a
 memória do Judaísmo, e de repetirem em público
 10 e em particular as cerimónias dele, e por isso regu-
 larmente não sabem outras, senão as que se publi-
 cam. E nasce também este dano da exasperação em
 que se vêem estes miseráveis; que nos rústicos e bár-
 baros não é muito que obrem o que obram os cris-
 15 tãos em Barbaria; e ao menos é infalível, que não
 pode haver cousa mais contrária a extinguir a here-
 sia, que a certeza que tem esta gente desgraçada
 de que, ainda que sejam santos, eles e seus descen-
 dentes hão-de ser tidos por maus, e hão-de ser infa-
 20 mes e inábeis para tudo, e até ao dia de juízo; sendo
 que nele hão-de ser capazes de tronos e coroas de
 glória.

Oh valha-nos Deus! Para quê ao mais abominá-
 vel pecador vale a emenda em um momento, não
 25 valendo para estes homens nem por muitos séculos!
 Muito é necessário da graça divina para ser bom, a
 quem sabe que não há-de ter a humana, ainda que
 o seja! E que não há-de ter honra, ainda que seja
 honrado! E que há-de obrar sempre em pecado
 30 mortal para os homens, ainda que para Deus obre
 em graça, e obre muito! Oh desgraçado exemplo,
 e sem consolação! Que fora deste Reino é bom quem
 obra bem, merece e pode ter prémio; e nele o não
 pôde ter, nem merecer, nem ser tido por bom! Que

remédio há-de ter esta infelicidade? Que há-de fazer esta gente? Se é membro podre da república, porque o não cortam? Porque o não lançam fora dela? E se algum não é podre, porque não há-de viver
5 e servir ao corpo como os mais membros dele?

Continuando a matéria do dano, daquela confusão e labirinto que está referido resulta dele infamar-se geralmente a Nação portuguesa, a qual
10 sendo tão católica, vulgarmente entre as mais nações da Europa se equivoca português com judeu, e assim é o Reino desacreditado, as almas arruinadas, o mundo escandalizado, e as vidas, honras e fazendas de tantos cristãos verdadeiros perdidas,
15 sendo ruína o que devia ser remédio, como se verifica nos efeitos. Tudo isto se devia chorar com lágrimas de sangue.

48.º Tornemos ao ponto. Estando o miserável preso com o letrado, lhe dão o traslado da declaração da prova que o promotor da justiça ofereceu
20 contra ele; que todas são pelo modo que atrás escrevemos, pondo o exemplo em Luís, com mais ou menos circunstâncias, maior ou menor número de testemunhas; mas tudo pelo mesmo estilo, singularíssimas, sem nenhuma concordar com outra no
25 tempo, nem em palavras, nem em outra alguma circunstância particular, nem ainda na casa, parte, ou lugar da declaração, como miudamente se mostrará em seu lugar.

Pergunta o letrado ao triste preso:

30 — Que tem que dizer contra aquilo?

Diz ele:

— Tudo isto são falsidades, porque eu sou e sempre fui cristão verdadeiro; mas como sou ignorante, V. M.^{ca} requererá minha justiça.

Antes de outra diligência, começa o bendito letrado a fazer papel de inquisidor; e vendo que aquele réu pela pouca prova está livre, não o anima, nem consola com lhe dizer a verdade, antes
 5 o confunde mais, fazendo-lhe admoestações; que confesse, que ali não há outro remédio, que se vá para sua casa, porque, se não confessar, há-de estar nos cárceres muitos anos, e no fim há-de sair a queimar, ou confesso como os outros.

10 49.º Considere-se agora o que farão neste passo mulheres e meninos ignorantes, com tais conselhos, e do mesmo que lhe dão por seu procurador para os defender! Que hão-de cuidar, senão que é assim o que ele diz? E assim vistos os processos, se achará
 15 que muitos confessaram quando lhes dão os libelos e as declarações, ou quando vão ao letrado, tendo notório e claro livramento, ainda sem defender-se; porque enganados dos apertos e admoestações, e do horror com que lhas fazem, e dos conselhos do
 20 letrado, imaginam que não têm outro remédio.

50.º Alguns que a misericórdia de Deus sustenta e resistem a tudo constantes, dizendo que não querem ir confessar o que não fizeram, lhes diz o letrado:

25 — Pois aqui estamos, diga o que tem para se defender desta prova.

Homem letrado, onde estão as tuas letras? Dizes que és cristão e zeloso da Fé, e que defendes a esse pobrezinho, e esperas que ele te encaminhe? Tu o
 30 deves encaminhar, conforme a tua obrigação, e alegar em seu favor as disposições de direito e sagrados cânones, aplicando a tua diligência e ciência. Mostra como estas testemunhas são inválidas por singulares, não contestes, defeituosas, interessadas na vida,

e por outras muitas circunstâncias indignas de crédito, e por serem presos que se confessam sócios no mesmo crime. Alega que a presunção de direito é que estes confessam estas cousas contra si e contra
 5 os outros, só por remir a vida e a liberdade, e a troco de a conseguir, não reparam no enredar falsamente a outros.

51.º Logo, podes fazer argumento de direito: se no foro secular, ainda no crime de lesa-majestade,
 10 não permite o direito que se julgue por testemunhas singulares, se não são acreditadas e livres de toda a excepção que estas têm, sendo que no foro secular não dão vida e liberdade aos que fazem tais confis-
 15 sões, antes morrem sem confissão, e ainda assim não fazem prova contra os outros, senão quando são qualificadas com outras provas e circunstâncias; como pois se compadece que hajam de valer neste
 20 tribunal testemunhos de homens que, para se livrarem a si, hão-de condenar aos outros? Alega estas cousas como cristão e como procurador, e milhares de outras que o direito te ensina para defender um réu de que te encarregaste. E se não
 25 hás-de fazer isto, e tudo o mais que dita a razão e dispõe o direito natural, para que te encarregas da causa deste réu, em que lhe vai a vida, honra e
 30 fazenda? Adverte nas consequências que dela pendem! Pois para que tomas isto sobre ti, se não te deixam com liberdade fazer o teu officio bem e verdadeiramente? Dize que o façam lá sem ti, e torna a advertir nas consequências que te ficam carregando, por não defender a um réu depois de encarregado dele.

Perguntem aos letrados se fazem isto, e, vendo-se os processos, se achará que não. Nem arrazoam,

nem alegam de direito, nem fazem cousa alguma a favor dos presos. Pois o que fazem, ou a que vão lá, ou para que é este procurador? Para enganar ao preso e para cuidar o Reino que em tudo se dá defesa, como o direito e a razão dita. Não vem ao
 5 pensamento dos letrados alegarem direito contra o processo, porque logo os prenderiam e castigariam por sentirem mal encontrarem o procedimento do Santo Officio; como se fora de fé que os homens,
 10 ministros daquele tribunal, não pudessem errar!

Se o letrado não há-de alegar direito e arrazoar a favor dos presos, e procurar todas as diligências para suas defesas, para que é este engano e nome de procurador? Perguntem pois aos letrados se fa-
 15 zem alguma cousa disto, ou outra alguma defesa a favor dos presos. Algum letrado algum dia alegou de direito para defender o réu no Santo Officio? Vejam-se os processos de todos em geral e em particular.

20 52.º Pois logo, se os letrados não alegam de direito a favor dos presos, que é o que fazem? Como os defendem? Vejamos se o podemos explicar.

Diz o letrado ao réu que veja se tem contraditas que pôr àquelas testemunhas (e ainda não sei se
 25 diz tanto). Responde o preso:

— Se eu não sei quem elas são, como hei-de saber se tenho contraditas?

Responde o letrado:

— Ponde-as a todos, assim presos como soltos,
 30 porque não sabemos se depois que cá estais viriam ou vieram eles também.

Eis aqui o pobre réu metido em uma confusão de exame geral de toda a sua vida, para achar contraditas que pôr a todo o Reino; e contradi-

tando inumeráveis, nem assim acerta, porque pode ser não conheça nem saiba o nome de algumas testemunhas, o que tem sucedido muitas e muitas vezes.

- 5 Nestes termos, vai o miserável réu fazendo uma confissão geral ao seu letrado dos pecados próprios e alheios, para ir pondo as contraditas, em que se descobrem muitas faltas ocultas ou esquecidas, contra a honra das mulheres donzelas e casadas, etc.,
 10 sem perdoarem ao sagrado nem ao profano, violando o segredo natural em muitas cousas, que devia ser guardado, manifestando os defeitos de seus próximos, e não só dos que sabem estão presos, senão de todos, porque não sabem se depois entraram nos
 15 cárceres ou se apresentaram; e assim a cada passo descobrem as desonras dos que estão em suas casas, porque não sabem de quem se hão-de defender e livrar; e desta sorte succede a um, para se livrar de três testemunhas, contraditar trezentas pessoas.
 20 Considere-se bem esta confissão, e como poderá este réu dar e ter defesa boa nestes termos. Advirto que só naqueles processos se admitem contraditas e coarctadas.

- Note-se que este modo de defesa não a podem ter
 25 mulheres virtuosas, honestas e recolhidas, nem homens honrados e bem costumados, como são muitos, pelo que os bons perecem sem defesa nem remédio. Pelas coarctadas só têm defesa os viandantes e vagabundos, que não têm lugar certo, e os
 30 inquietos e perturbadores, que têm feito males gran-

22-23. Adiante, a pág. 187, vem a significação destas palavras.

des; e muitos destes têm melhor defesa por contraditas.

5 Repare-se também no uso de contraditar aos que estão em suas casas, a adivinhar, o que tem dois danos de grandes consequências: o primeiro, descobrir os defeitos dos próximos, sem ser necessário, por respeito da eterna confusão com que não sabem os tristes de que hão-de defender-se; segundo, falar com este temor nos de que se temem, de que resulta, 10 quando chegam estes réus a confessar, obrigados por aperto, jurarem contra aqueles, não por ser verdade, mas porque temem que eles o tenham feito. E de todas as cousas referidas se achará muito nos processos.

15 53.^o Contraditas são dizer que provará que Fulano é seu inimigo, porque lhe desonrou a filha, falou com sua irmã, ou que o afrontou, ou outras causas semelhantes, que renovam ódio e infâmia. E se depois daquelas ofensas se falaram, já não presta a 20 contradita, como se não pudesse haver e permanecer ódio nos que se falam!

Coarctadas são dizer a testemunha que jurou contra Luís, que aquela declaração foi em Coimbra, prova Luís que naquele tempo estava em Lisboa. 25 A cada artigo, assim das contraditas, como das coarctadas, hão-de nomear seis testemunhas na Mesa, que nem o letrado sabe quem são, porque não as possa avisar; e estas seis testemunhas hão-de ser cristãos-velhos e livres de toda a excepção. O per- 30 guntar as testemunhas é com umas cautelas e circunstâncias tais, que tremem as testemunhas de jurar; e assim, para que se não presuma que juram a favor dos presos, sempre inclinam para o pior e contrário.

Oh, valha-nos a verdade! Tudo se arma contra o pobre réu! Uma testemunha singular o condena, sendo interessada, presa e violenta, não conteste, e por todos os títulos defeituosa! E para rebater essa
5 testemunha, como defeituosa, são necessárias tantas provas? Tantos apertos? Leiam-se os processos, e achar-se-ão cousas notáveis.

E advirta-se que nem todos os que podem livrar-se com coarctadas o fazem, senão aqueles que têm
10 alguma luz disto, e o procuram, porque, se eles o não fazem, o letrado se cala e os não encaminha. E assim se acharão muitos e muitos processos em que se não usou este modo de defesa, sendo, em que o podia ter, mais eficaz que as contraditas.

15 54.º E para mais clareza, adverte-se que os presos não têm notícia do lugar que as testemunhas deram ao delicto, se não pedem, para as contraditar ou coarctar, porque na declaração da prova não se nomeia o lugar, mas em lugar dele, se põe «certa
20 parte», visto o exemplo atrás de Luís e mais cúmplices. E como muitos presos não sabem que cousa é coarctada, não lhes passa pelo pensamento, nem lhes deixam este remédio sem procurar este modo de defesa.

25 E tu, letrado, procurador de tal réu, que fazes? Porque não alumeias este pobrezinho, que vai às cegas? Porque lhe não perguntas se tem com que coarctar? E porque não pedes o lugar do delicto, para ver se tem lugar este remédio? O lugar do
30 delicto só se declara daquelas testemunhas que os

3-4. Singular, não conteste... ver nota da pág. 157.

réus dizem que querem coarctar. E as mulheres, que nunca saem de sua terra, e os homens também muitos não têm esta defesa, porque, não se guardando a favor dos réus o Direito e Ordenação do Reino, nisto das coartadas se guarda para as partes; e assim
 5 não valem as coarctadas, senão provando que estavam muitas léguas do lugar do delito; e o tempo, ao menos, deve ser um mês. Vá-se reparando bem, como se admitem dificultosamente no Santo Officio as defesas; e como fàcilmente se admitem e apro-
 10 vavam culpas, devendo ser pelo contrário, de piedade e direito. E dos processos constará tudo isto a quem os conferir com atenção, que, suposto de fora possam perceber-se estas cousas, as mais das circunstâncias, e o que na verdade e realidade passa na-
 15 quele segredo, é impossível.

55.^o Enfim, postas as contraditas na forma relatada, está feito tudo o que o letrado e o réu podem fazer, ou que lhe deixam fazer; então levam o réu
 20 para o seu cárcere, e daí a outro tempo o chamam à Mesa para nomear suas testemunhas a suas contraditas e coarctadas, seis a cada artigo, e hão-de ser de excepção. E feito isto, vai para o cárcere, e não sabe mais da sua causa, nem lhe permitem apli-
 25 cá-la, nem requerer que mandem perguntar as testemunhas, as quais mandam perguntar quando e como lhes parece, se é que o preso nas contraditas acertou com as que juraram contra ele, porque, se não acertou, não as perguntam, nem é necessário
 30 perguntar as de que o não accusam. Nestes termos está a causa finda para se sentenciar.

56.^o Para melhor irmos declarando isto, suponhamos o réu Luís, em quem temos feito exemplo, considerando-o já com os termos do seu livramento cor-

ridos, e ele recolhido no seu imundo cárcere, sem ter mais diligência que fazer. Parece que justamente devia esperar que a sua causa sem dilação se sentenciasse pelo merecimento dos autos. Fazem-no
5 assim? Veja-se.

Suponhamos que Luís foi preso em Janeiro de 1667, e lhe não falaram no seu livramento senão daí a dois anos. Parecerá muito? Pois a muitos pas-
sam três anos e mais, sem chegarem a dizer-lhes
10 porque estão presos. Passados os dois anos, chamam a Luís e corre os termos referidos em um ou dois meses. Achou-se com prova de três testem-
nhas singulares, defeituosas e reprovadas em direito, e considerando-se as circunstâncias e qualidades dos
15 delitos, em tudo diferentes e disparatados, parecem tais testemunhas indignas de crédito. Pois, valha-nos a divina verdade e misericórdia! Com uma prova desta qualidade há-de estar este réu dois, três e mais anos sem falar-se na sua causa? Se este réu
20 está em notória absolvição, para que o têm preso? Para que o dilatam com danos tão irreparáveis da saúde, vida, honra e fazenda? Cheios estão os cárceres de prisões e retenções semelhantes.

57.º No fim de dois anos, temos a Luís com os
25 termos do seu livramento processados. Espera ele que o sentenciarão para sair no primeiro auto; porque já se sabe que aquele piedoso costume de saírem os livres sem irem ao auto, quando, apurada a inocência, estava a sua causa em termos de absol-
vição, se derogou pelo novo regimento, ou pelo
30 regimento terceiro, que já dizem são três os que se têm feito, alterando e acrescentando apertos, sem serem aprovados pela Sé Apostólica (o que se não afirma, mas deles constará a aprovação e autoridade

com que foram feitos); o qual regimento se pode examinar e ver como é encontrado, e nada conforme ao direito comum, antes exorbitante e mui diferente do regimento e estilo da suprema, venerável, universal Inquisição de Roma.

5 Com razão (torno a dizer) esperava Luís no primeiro auto que se celebrou depois de findar a sua causa, haver de sair nele; porém não foi assim, porque se celebrou o auto, e lá ficou Luís. Consi-
10 dere-se o tormento deste triste réu, a quem já não fica esperança de sair senão dali a dois anos, que tantos passam de auto a auto, e às vezes mais.

58.^o Duas impiedades se devem advertir no estilo do novo regimento em a dita dilação, e é necessária a paciência do santo Job para as tolerar; porque
15 pelo dito estilo perde a esperança o mais inocente preso de sair já com honra, nem livre de ser tido por infame, e todos os seus descendentes para sempre, porque há-de sair por força em corpo, com uma
20 vela na mão, a ouvir em público a sua sentença, contraindo para si e para a sua posteridade a infâmia, a que chamam neste Reino *de facto*, a maior que pode haver; porque a dos outros crimes, ainda verdadeiros, se acaba e tem fim; e a deste, ainda
25 que falso, jamais o tem. Nem para isso há remédio, porque ainda que Deus mate este preso, nem por isso ficam seus filhos com honra; ficarão sem pai, mas sempre sem ela.

Oh, Senhor de misericórdia e piedade! Aonde está
30 aqui a piedade e misericórdia? Que coração pode haver, ainda que duro, que se não corte de ver que não sòmente os inocentes hão-de padecer sem remédio a pena de uma infâmia, mas que seus filhos e descendentes, antes de nascerem, padeçam este

rigor, não pela culpa do pai, que quando a contraísse era justa a infâmia nos termos da lei, mas somente por terem uma gota deste sangue, ainda que todo o mais seja illustre? E se é culpa o tê-lo, parece que se culpa a Deus, que o deu a quem ele foi servido.

59.º Entre tantos mil presos, não houve um que merecesse ir para casa com triunfo e honra, como em Castela se vê, ou ao menos pela porta travessa, sem infâmia! Em outros tempos não bastava o sangue, se não havia culpa para padecer aquela injúria; agora basta o sangue sem culpa, e é culpa o sangue.

Oh, valha-nos o de Jesus Cristo! Considere-se aqui qual será a dor de um homem honrado, e muitas vezes illustre, que se vê nesta infâmia, sem jamais o haver merecido, nem por um pensamento! E quem se vê sem mais remédio nem esperança de o terem seus descendentes, qual será a sua agonia, o seu tormento, e em que desesperação não dará, se Deus o não tiver da sua mão!

60.º Fizeram o auto. Espera o pobre réu que o chamem à Mesa para saber a causa por que o não deitaram fora no auto passado. Passa um ano, e às vezes mais, sem o chamarem; e, quando menos precatado está, o chamam, e de novo o começam a apertar, que confesse a sua culpa. Responde, como sempre, que é cristão, e não tem que confessar no tribunal. Repetem-se as instâncias, e sempre responde o mesmo. Até que lá, véspera de outro auto (e já lá vão quatro anos) o levam ao tormento. Oh, quem soubera bem representar o que aqui passam! as inexplicáveis severidades e confusões com que neste tormento são apertados os réus!

- 61.^o É posto o miserável preso em um potro ou polé (duvida-se qual destes tormentos é mais rigoroso), vão apertando com ele a todo o rigor, e na maior aflicção daquelas intoleráveis dores, o vão
5 admoestando que confesse, que lhe perdoarão, e irá para sua casa. Oh, quantos e quantos, estando livres, nestes apertos e aflições confessam e confessarão o que não fizeram! Ainda que pareça digressão do fio que levamos no processo de Luís, have-
10 mos de repetir um caso, que será exemplo nesta matéria, e nomeamos a pessoa, porque o podemos fazer sem perigo, pois foi o tal caso público no auto-da-fé que se celebrou em Évora a 18 de Abril de 1660.
- 15 62.^o Maria da Conceição, natural da vila de Estremoz, filha de Manuel Soares Pereira, que ainda hoje vive na cidade de Lisboa em casa de um irmão seu, que chamam Álvaro Pereira, foi presa, ela e duas irmãs suas, todas três donzelas bem reputadas, e
20 saíram no dito auto livres, abjurando *de vehemente*. Esta Maria da Conceição, tendo já quase vencido o tormento do potro (assim o declarava a sentença) confessou. Tiraram-lhe os cordéis; levantou-se, vestiu-se, tomaram-lhe a confissão, fê-la legalmente; e
25 mandaram-na para o cárcere. Curada daqueles rigorosos tratos, estando para isso, foi levada à Mesa para diante de duas testemunhas costumadas ratificar aquela confissão. Respondeu que tudo o que havia confessado era falso, porque ela era e fora
30 sempre cristã, e só por força do tormento, vendo-se nele morrer, confessou tais falsidades. Mandaram-na para o cárcere, e logo outra vez pôr a tormento. No fim dele, tornou a confessar, e no mesmo potro lhe tomaram a confissão, a qual feita, voltou

para o cárcere, e curada tornou à Mesa para ratificar a primeira e segunda confissão diante das mesmas testemunhas. Tornou a dizer o mesmo, e que se desenganassem, porque, se cem vezes a levassem a tormento, havia de fazer o mesmo até morrer, e que

5 Nosso Senhor Jesus Cristo lhe daria valor para o levar até ao fim, porque, ainda que confessasse por sua miséria e fraqueza no tormento, fora dele não havia de ratificar. Foi terceira vez ao tormento, e

10 o levou até ao fim constante. Assim se publicou na sentença, e por este crime de não ratificar o que o rigor do tormento lhe fez confessar duas vezes, e pelo levar até ao fim terceira vez, foi condenada em açoutes pelas ruas públicas, com dez anos de degredo para a ilha do Príncipe; e com estas penas

15 saiu no auto, e suas duas irmãs abjurando *de vehemente*.

Para darem o tal tormento às donzelas e mais mulheres, as mandam despir, e vestidas com umas

20 ceroulas de linho, as põem no potro com pouca honestidade e decência. E quantas aqui, em razão do pejo, e por não serem indecentemente tratadas, confessam o que não fizeram! Deus é boa testemunha.

25 Uma donzela açoutada pelas ruas públicas, e dez anos de degredo para a ilha do Príncipe! E três vezes posta no potro! No mesmo auto saiu o reconciliado André Francisco, tendeiro de Vila Viçosa, que, ouvindo ler a sentença da tal Maria da Conceição, disse que era rigorosa. Logo o padrinho que

30 o acompanhava e ouviu, foi dar parte na Mesa, e nela o repreenderam com aspereza, dizendo-lhe que por piedade o não metiam outra vez no cárcere, pelo atrevimento de dizer aquela palavra contra a

sentença. Até os discursos aqui se cativam e as línguas!

63.^o Mas já que referimos o caso, contemos também a prisão das três irmãs, como a repetiu seu pai, que já é morto; e teve a prisão notáveis circunstâncias.

Morava o dito Manuel Soares Pereira em Évora; tinha quatro filhas, estas três e outra mais moça que todas. Entraram três familiares, e vendo quatro irmãs, perguntaram como se chamavam; e dizendo a mais velha que Joana Baptista, a levaram presa, e deixaram as outras três. Daí a quinze dias ou vinte, tornaram os familiares, e na presença do pai, sem lhe perguntarem pelos nomes, perguntaram qual era a mais velha, e qual a que se seguia. E deixando a mais moça, levaram as duas mais velhas, que eram a dita Maria da Conceição e a outra, Maria Juliana. Esta foi a forma da prisão; e como o discurso é livre, presumiu o pai que as testemunhas que juraram contra suas filhas, as conheciam tão mal, que só sabiam o nome à mais velha — Joana Baptista; nem sabiam ser quatro, e, entendendo eram três, jurariam contra elas, dizendo — Joana Baptista, e suas irmãs; — e supunha ele que assim iria o mandado; e que os familiares, achando quatro, levaram a Joana Baptista, que vinha nomeada, em que não havia dúvida, para dar conta na Mesa como não levaram suas duas irmãs, por serem três: que determinassem quais eram as duas. E também discursava o pai, como a quem tanto doía, que aqueles quinze ou vinte dias se gastariam em apurar com as testemunhas quais eram as duas irmãs, as quais testemunhas, vendo-se a risco de as apanharem na falsidade, diriam que

eram as mais velhas. E assim as foram prender sem nomes, só perguntando pelas duas mais velhas, deixando a mais moça, que escapou por não saberem as testemunhas que eram quatro, que se o
 5 souberam tanto lhes custava dizer três como quatro. Isto era presunção do pai, e assim se não afirma por certo; mas dos processos das três irmãs e das que juraram contra elas constará se é assim; e se o é, deve fazer-se reflexão como é crível que em tal
 10 caso se declarassem três mulheres recolhidas e muito honestas com quem as conhecia tão mal, que nem os nomes lhes sabia, nem quantas eram? E para as prender, bastam estas testemunhas; e para se livrarem, o que se viu na sentença desta desgraçada
 15 Maria da Conceição. Tudo o referido constará do processo e sentença que se leu no auto-da-fé, e assim se achará.

64.º Tornemos ao nosso réu, que deixámos no tormento; e suposto que Deus, nosso Senhor, lhe deu
 20 valor para o suportar, venceu e não confessou. Fizeram o auto; saiu e abjurou *de levi*, porque lhe não acresceu mais prova que aquelas testemunhas com que fizemos exemplo da declaração da prova.

65.º Considere-se aqui a qualidade da prova, a
 25 dilação e rigor da prisão e o dano irreparável deste réu, cuja causa pudera averiguar-se dentro de seis meses, e está anos e anos esperando o auto, etc.

66.º Enfim, temos a este réu sentenciado no auto-da-fé, com tão pouca causa e prova, como se viu.
 30 Agora o levam para as Escolas Gerais, e o têm aí um mês preso, antes de o mandarem para sua casa, com o fundamento de lhe ensinarem a doutrina cristã. Mas se este réu é cristão, e quando o prenderam, lha mandaram rezar na Mesa e viram que

a sabia tão bem que a podia ensinar, para que lha mandam agora aprender? Querem persuadir ao mundo que lha ensinam, porque a não sabe. Teve este réu a ventura de sair livre, porque não foram
 5 carregando novas testemunhas. Suponhamos agora que teve pior fortuna, e ficou lá dentro feito o auto.

Perguntem aos padres que vão ensinar estas doutrinas se acham alguns que as não saibam, e as possam ensinar; não só dos que saem livres, senão
 10 dos confessos. Pois logo, se em tudo mostram serem cristãos verdadeiros, para que os tratam como judeus?

Eis aqui Luís livre. Tinha três testemunhas, contraditou-as, acertou; saiu livre sem perdimento de
 15 bens. Como se compadece que o façam ir em corpo no auto, com vela na mão? Que maior condenação para um homem honrado? Pois assim o vimos há pouco tempo. Manuel Rodrigues da Costa, fidalgo
 20 filhado nos livros de El-Rei, secretário do tribunal da Junta dos Três Estados, um dos mais autorizados homens e ricos do Reino e dos que mais serviços fizeram, saiu em corpo, com uma vela na mão, como os mais vis; posto em uma padiola aos ombros de dois homens de ganhar, por ser gotoso e
 25 não poder ir por seu pé.

67.^o Dali a algum tempo (que às vezes é mais de um ano) chamam outra vez a este réu e dizem-lhe que confesse. Responde como dantes, que é cristão. Dizem-lhe:

30 — Pois o promotor da justiça requer se vos dê declaração de mais provas que tem contra vós.

8-9. Por... e as possam ensinar entenda-se: e tenham ensejo (os padres) de lhas ensinar (por não sabê-las).

Crescimento de prova

68.º Começa a ler o secretário, na mesma forma que temos feito exemplo, os ditos das testemunhas que cresceram. Advirta-se e se tenha por sem dúvida que, posto que sejam duzentas as testemu-
 5 nhas que um destes desgraçados tem, todas são singularíssimas; nenhuma conteste com outra, nem na ocasião, nem no lugar, nem em outra alguma circunstância; até as testemunhas que depõem de juntas entre vários, nenhuma é conteste, porque
 10 todas são falsas; em tudo variam, em nada têm conformidade nem semelhança.

69.º Suponhamos ao réu Luís com crescimento de testemunhas, e que tem sobre si já dez ou doze, que são as que bastam para ser relaxado. Note-se
 15 como se lhe conhece o defeito das provas, pois requerem tantas testemunhas, que na forma do direito três bastam; mas estas, como são defeituosas, querem-lhe compensar o defeito com o número, o que não pode ser, porque todo o número delas tem o
 20 mesmo defeito, e assim, nunca fazem prova convincente. Tanto valem muitas, como uma; e tanto vale uma como nenhuma. E assim, não se entende como com tais testemunhas se possa impor pena capital!

25 70.º De caminho deve advertir-se que os juizes seculares que sentenciaram os relaxados, não vêem os autos e processos, e só fundam a sentença na que lhes vai da relaxação, que só esta se apresenta e permite ver; que, se eles viram e examinaram os
 30 processos, conforme os termos e disposições do direito natural, divino e humano, haviam de achar a todos indefesos e em notória causa de absolvição,

pelos defeitos de todas as testemunhas, e por serem todas singularíssimas, e não contestes nem conformes em cousa alguma.

5 71.^o Suponhamos agora já convicto ao réu Luís, com dez ou doze testemunhas, ou com muitas mais, que tudo succede; mas sempre os ditos pelo modo que declaramos no exemplo atrás.

72.^o Chegado o tempo do auto, quinze dias antes, chamam a este réu à Mesa e lhe dizem:

10 — Aparelhai-vos para irdes ouvir a vossa sentença no auto-da-fé que se faz tal dia. — E este é o sinal que lhes dão de estarem sentenciados à morte, assim aos negativos como aos diminutos, porque nem aos livres nem aos confessos, que saem no
15 auto, se faz tal notificação, antes se lhes encobre até à última hora. E nisto se fazem grandes mistérios de segredo; de sorte que por este modo sabem os relaxados que o estão, quinze dias antes do auto.

73.^o Este réu Luís, como é cristão, não quis pôr
20 sobre si o que não fez. Deixou-se chegar a este estado, e assim estão todos aqueles dias sem confessor nem outra alguma consolação espiritual, mais que o favor de Jesus Cristo, que lhes dá constância para se sujeitar a tal morte, pondo-lhes em uma
25 falsa confissão o livrar-se dela. Enfim, à sexta-feira antes do auto, pela manhã, lhe vão atar as mãos, e nesta hora lhe metem um padre da Companhia para os confessar, que lhes assiste aqueles três dias, e por isso os ditos padres sabem estas cousas muito
30 de raiz e alcançam muitas falsidades que há na-quele tribunal, e muitos testemunhos que se impõem, porque, como letrados e prudentes, tudo apalpam e tomam pé com segurança neste pego sem fundo.

Negativos

74.º Posto este réu com as mãos atadas, faz com o padre a sua confissão, como quem se resolve a morrer, dá conta de toda sua alma, pondo-se nas mãos de Deus, e resolvendo não querer vida comprada com tanta infâmia e ofensa do mesmo Senhor, que ele não pode nem quer impor sobre si e sobre os seus próximos o crime do judaísmo. Chega o domingo; sai no auto; ouve a sua sentença de relaxado, por tantas testemunhas falsas; e contudo, tão firme na Fé como uma rocha, oferecendo tudo a Jesus Cristo, em satisfação de seus pecados.

Verdadeiramente é isto lástima! E não desesperam estes miseráveis, porque Deus os tem da sua mão. Católicos cristãos, entre cristãos católicos condenados por judeus! Oh, sentimento! E quantos por conhecerem os perigos daquela hora, e a sua fraqueza e miséria, por não arriscarem a salvação naquele ponto, faltando-lhes a conformidade e constância, confessam, não por viverem nem por temerem a morte, mas por não arriscarem naquele perigo a alma, com a paixão natural, que os acompanha, de não perdoarem a quem os pôs naquele estado, porque a natureza os está incitando à vingança!

25 Mas deixando isto, vamos com Luís, que vai negativo.

Vai o preso do auto para a Relação

75.º Do auto-da-fé o levam para a Relação. Aí, como já dissemos, não se vê cousa alguma do processo, mas só pela cópia que vai da sentença, lida

- no auto, o condenam a morrer queimado, supondo que é judeu, e que os autos foram bem provados e que a sentença é justa, o que fica em segredo. E porque só aos pertinazes, que vão confessando a
- 5 Lei de Moisés, queimam vivos, lhes perguntam a todos em que lei querem morrer. E todos clamam que na de Cristo, como cristãos que sempre foram e são, e com palavras devotíssimas repetem protestações da Fé. Isto sucede aos mais; e ainda que
- 10 alguns mais pusilânimes, ou algumas mulheres, pela fraqueza do espírito, quase pasmadas, façam naquele aperto menos demonstrações, contudo declaram o que basta para se conhecer que são católicos. Isto é o que regularmente sucede, e são mui poucos os
- 15 casos em que se vê o contrário. E [é preciso] dizer que, se contam circunstâncias que denotam fingimentos, se deve fazer pouco caso, pelo ódio que se tem a esta pobre gente, pelo que lhes levantam e presumem deles; que, se neles é delito e simulação
- 20 serem devotos, favorecedores de piedade ou virtude em vida, que será qualquer turbação na hora da morte. E assim, sentenciavam a este réu, que morra afogado com garrote e depois se queime o seu corpo.
- 25 76.^o Sentenciado assim este réu, o levam da Relação para o lugar do suplício, e regularmente vão todos, assim negativos como confessos, que morrem por minutos, fazendo muitas protestações católicas, e dizendo com clamores que eles são cris-
- 30 tãos, e nunca se apartaram da Lei de Cristo, e nela

15. Na ed. de Seabra o período começa: *E dizer que...* o que não parece fazer sentido. No Ms. da A. das C. de Lisboa não ocorre este passo.

- crêem e creram sempre, e nela morrem, e só nela esperam ter salvação pelos merecimentos, morte e paixão de nosso Senhor Jesus Cristo, o qual nos remiu com o seu precioso sangue, e acrescentando
- 5 que o mesmo Senhor lhes permite essa morte, para por meio dela lhes perdoar os muitos pecados que contra a divina Majestade têm cometido. Confessam que eles são uns fracos e miseráveis pecadores, mas que, no caso por que padecem, são inocentes;
- 10 porque eles sempre firmemente creram e adoraram e veneraram a nosso Senhor Jesus Cristo, confessando que ele é o verdadeiro Messias, que resgatou todo o género humano, que eles são filhos da Santa Igreja-Católica Romana, e que crêem firmemente
- 15 tudo o que ela nos ensina e manda crer, e por esta fé darão mil vidas. Todos vão abominando e maldizendo o Judaísmo, fazendo muitos e finos actos de temor de Deus; tudo são colóquios a Cristo Crucificado, à Virgem Santíssima e a todos os santos; e
- 20 tudo isto com grandes lágrimas e com mil suspiros, arrancados do íntimo de seus peitos; e assim continuam até perderem o último alento e expirarem. Ainda quando lhes estão apertando os cordéis do garrote, sempre se lhes vão ouvindo nomearem,
- 25 com uma notável devoção, os nomes suavíssimos de Jesus e Maria, e já quando não podem falar, nas acções manifestam a mesma devoção, e assim expiram, com sinais evidentes de que têm a Fé no coração, e nela morrem contritos e penitentes, como
- 30 poderão afirmar os padres da Companhia de Jesus, que lhes assistem até ao fim; e porque têm letras, caridade e zelo da Fé e salvação das almas, e sobretudo, grandes experiências, são os mais desenganchados, e sabem muito bem como padecem inocentes o

maior número desta desgraçada gente. No fim deste papel se contarão alguns casos de pessoas que morreram negativas e diminutas; e, vendo-se uns e outros processos, se achará a confusão e enredo que
 5 impossibilita apurar-se a verdade, sendo que é justo se apure no Santo Offício, até constar com evidência moral.

Bem se verifica isto em um caso sucedido em Coimbra, que, estando-se dando garrote a um, e já
 10 quase afogado, estalaram os cordéis, e afrouxando, súbitamente disse o padecente: Jesus! e com tantas veras e eficácia, que bem claro se viu morria com aquele suavíssimo nome no coração. Esta acção foi notada de muitos, especialmente do padre que acom-
 15 panhava ao tal padecente, e fez reflexão, como devoto e qualificado, e o poderá repetir. Não se nòmeia, porque seria crime sentir bem desta acção. Pergunte-se aos padres que acompanharam em Coimbra relaxados, e achar-se-á o que a viu. E se
 20 este e os mais morrem a gritos, confessando a Fé Católica, como permite a piedade que nas igrejas estejam as suas imagens entre figuras de bichos disformes, que provocam ao povo a riso, com letreiros infames? Considere-se bem esta indecência, pois
 25 é motivo para se chorar com lágrimas; porque, se são judeus e morrem impenitentes, perdem-se; e se são cristãos, morrem inocentes; e assim, por nenhum caso se devia permitir nas igrejas o que só provoca a risos, galhofas, infâmias e ódios.

30 77.º Deve ponderar-se que estes réus, que vão relaxados e enganados, morrem, confessam a Fé de Cristo com palavras e acções, sem indício de que possa presumir-se cousa contrária; e assim morrem clamando e protestando que são cristãos, e

abominando o Judaísmo. Logo, como são judeus? Que homem há tão bárbaro que imagine se salva em uma lei contra a qual está blasfemando, quando morre? E se são judeus, como se fingem tão eficaz-
 5 mente, ou para quê? Enquanto presos, se poderá presumir, com menos caridade, que encobrem o seu erro, por não se apartarem dele e remirem a vida; mas desenganados que morrem, e com o garrote na garganta, para que fingem? Quem pode negar que
 10 o judeu, entendendo ser a sua Lei boa, não há-de fazer merecimento de morrer nela? Pois se já morre, naquela hora última de garrote, porque a não confessa? E se a não confessa pelo não queimarem vivo, para este intento bastava ao relaxado dizer
 15 que morria na Lei de Cristo, e depois não é necessário fazer mais actos de cristão. Pois, como fazem tantos colóquios santos? Como repetem tantos actos de piedade, e tudo com tantas lágrimas e eficácia? Para que são tantos actos superabundantes? Para se
 20 salvarem? Logo, na Lei de Cristo, e não na de Moisés querem salvar-se. Pondere-se bem este ponto, que é de consideração.

78.º Voltemos com este réu ao cárcere, supondo que é confesso, e que há-de sair reconciliado, e com
 25 degredo, porque esperou sentença de morte, sem até ali confessar.

79.º Viu-se Luís carregado de testemunhas. Suponhamos que eram quinze ou vinte; todas várias, singulares, sem contestação, nem semelhança. Viu que
 30 lhe não valeram as suas contraditas, e que lhe não deram outro recurso para apurar a sua inocência. É fraco e miserável; teme a morte, e resolve-se a confessar falsidades, só por remir a sua vida. Entra em consideração consigo, e diz: Como hei-de con-

testar com as testemunhas que juraram contra mim, sendo falsas? Com os nomes poderei acertar; mas com a ocasião, com o tempo e com o lugar que cada um disse ou quis imaginar, como pode ser?

- 5 Mas também é impossível que os mais tenham acertado com isto, porque também o não fizeram; e isto sei eu muito bem, porque Fulanos e Fulanos saíram livres, confessando falsidades. Logo, basta-me, para satisfazer, acertar com os nomes das testemunhas
10 que contra mim tenho, ainda que seja variando em tudo o que elas disseram, porque o que bastou aos outros, também me bastará a mim; porém, ainda assim, para acertar com os que são, é necessário correr as ruas e ir dando em todos os cristãos-novos,
15 casa por casa; primeiro, nos que estão presos, e depois nos mais conhecidos, até adivinhar as testemunhas que juraram contra mim.

- 80.^o Resoluto a isto, vai correndo as ruas da sua terra, recapacitando os nomes de todos os deste
20 sangue, donde presume lhe veio tal mal; e talvez não sabe os nomes, e então os nomeia por filhos e filhas de *Fulano* ou irmãos de *Fulano*; e isto muitas vezes basta. Enfim, estudada a lição de falsidades que há-de repetir no tribunal, fingindo-se
25 muito arrependido, e que só quer dizer a verdade, para que o creiam, vai à Mesa uma vez e outra. Diz e torna a dizer, e quando não se precata, para acertar com quinze ou vinte testemunhas, tem dado em duzentas pessoas e em muitas mais; e nem assim
30 acerta em todas as que tem contra si; porque muitas vezes as não conhece, nem lhes sabe os nomes;

19. Recapacitando é o mesmo que lembrando.

e para mais se assegurar, regularmente os primeiros que acusa são pais, filhos, irmãos e parentes, porque, em dando nos parentes, dizem-lhe perdoam tudo o mais, com capa de esquecimento de memória. Assim succede em muitos; mas em todos não é assim, como se verá nos exemplos adiante, nos que morrem diminutos. A causa desta diversidade no perdoar a muitos e dá-los por ajustados, sem acertar com todas as testemunhas; e a outros, tendo dado em toda a sua geração, não lhes perdoarem e saírem a morrer diminutos (como adiante se mostrará), não alcançamos. Vejam-se os processos, que muito haverá nisto que examinar.

81.º Enfim, este réu Luís fez a sua confissão por quantos nomes se pode lembrar; e cuidando ter satisfeito, dizem-lhe que não tem ajustado a sua confissão; que está em pior estado (como é verdade); que trate de acabar, senão, que o promotor requer contra ele por diminuto.

82.º Pelas chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo, se considere este miserável, a quem o temor da morte fez confessar falsamente, já depois de confitente! Que não fará por escapar da mesma sorte, e não sair a morrer diminuto? Corre a sua terra e as vizinhanças, e, se não basta, todo o Reino. Não lhe fica freira, nem frade, nem clérigo que não acuse, para se livrar a si. E como havia de ser, se na sua língua lhe põem a vida e a liberdade? Darão

3. ...dizem-lhes perdoem... na ed. de Seabra. O sentido é que, logo que o preso indica os parentes como seus cúmplices, os inquisidores se contentam, dispensando-o de mais denúncias, a pretexto de falta de memória.

nos santos dos altares, se entenderem que com isto interessam à vida. Se a um homem, estando preso para enforcar por ladrão, perdoaram o crime e a pena da forca, com tanto que jurasse que muitos
 5 eram ladrões, como não juraria ele até contra o mesmo juiz? Pois assim juram estes miseráveis; e enquanto lhes dizem que não têm a sua confissão ajustada, vão dizendo mil enredos, mas tudo singularmente, para que não se apanhe a falsidade. E
 10 quando já não ocorrem nomes em Portugal, passam a Castela, França, Itália, e ao outro mundo, porque nem os mortos lhes escapam. E se até ao fim do mundo lhes forem dizendo que não têm satisfeito, irão até ao fim do mundo nomeando os
 15 que forem nascendo.

83.^o Enfim, acertasse ou não Luís com todas as testemunhas, se julga a confissão por ajustada. Chega o dia do auto; sai nele penitenciado, e degradado cinco anos para o Brasil. Mostra a tal experi-
 20 riência que o tal degredo se lhe dá, por confessar depois de estar sentenciado à morte ou relaxado (que tudo é o mesmo), porque os que saem confessos antes da sentença, não são degradados.

E note-se que este degredo se acrescentou há poucos anos a esta parte, que antes não saíam degradados os que confessavam à sexta-feira, depois de lhes meterem confessor e atarem as mãos, e nisto se vê
 25 que alteraram e acrescentaram o regimento, e sempre em dano dos miseráveis, e desviando tudo
 30 do direito comum e cânones sagrados.

84.^o Eis aqui o réu Luís confesso, saindo no auto penitente. Vejamos como contestou e concordou com as testemunhas que o tinham acusado. Para isto é necessário recordar os ditos das três testemu-

nhas em que fizemos exemplo no n.º 45, e conferir os juramentos e ditos do réu Luís com os das testemunhas que contra ele juraram, e com isto se virá no conhecimento da confusão e escuridade daquela
 5 forma de processar, nascendo tudo de escusarem aos confessos da obrigação de contestar com os ditos das suas testemunhas. Que uma testemunha não conteste com outra, grande sinal é de não serem verdadeiras; mas que o réu confitente não conteste
 10 com a própria testemunha que contra ele tem jurado, é demonstração evidente de ser falsa a confissão, porque, se fora verdadeira, havia de contestar e concordar na substância e nas circunstâncias do auto. Para intelligência deste ponto, é necessária miudeza, e assim, peço paciência para ler estas cousas (que parecem prolixidade) com toda a
 15 atenção; porque da conferência destes juramentos dos réus com os das suas testemunhas se alcança bem a verdade, que é o que se procura.

20 85.º Fez Luís a sua confissão, como já dissemos, e para acertar com as quinze ou vinte testemunhas que tinha contra si, correu toda a terra e deu em mais de duzentas pessoas, entre as quais acertou de nomear aquelas que tinham jurado contra ele. Ora
 25 vejamos o como contestou e concordou com as três testemunhas, de que fizemos exemplo no n.º 45, e servirá este exemplo para todas as mais testemunhas, porque todas vão pelo mesmo teor.

30 86.º Jura o réu Luís que, haverá seis anos, se achou ele, testemunha, na feira da Golegã, e ali, estando ceando, ele, testemunha, e Brás e Bernardo e Gil, com ocasião de lhes darem a cear uma pouca de marrã, disse Gil que a não queria e Bernardo que lhe fazia mal. E Brás disse: — Eu bem vos

entendo, que a não quereis comer, porque é contra a vossa Lei.

E ele, testemunha, respondeu que assim era. E com esta ocasião se declararam que criam e viam na Lei de Moisés, e não comiam carne de porco, lebre, coelho, nem as mais cousas proibidas naquela Lei.

Note-se, primeiro, que Brás disse de Luís, que havia dez anos se declararam em Coimbra, e que estavam sós, e o mais do seu juramento no n.^o 45 (que maior clareza?); e agora o réu diz que na Golegã, haverá seis anos, e fala em junta de uns poucos mais, em que Brás não falou. Como pode crer-se que este réu fala verdade? E como pode havê-la nesta contradição? Vejam como concordam e contestam! Pois assim regularmente são todos os juramentos dos confessos.

Note-se, segundo, que Luís com este juramento, tão vário e diferente do que Brás jurou contra ele, fica satisfazendo. Com que se reporta a mentira e falsidade? Que se ele vira que não satisfazia senão contestando no lugar, tempo e circunstâncias, e que sem isto seria castigado, não diria senão a verdade, que esta somente se mostra com a contestação.

Note-se, terceiro, que sendo ainda assim vário este juramento, suficiente para desgraça de Luís a respeito de Brás, faz de novo carga a Bernardo e a Gil, enredando-os de sorte que, se estão livres, com esta testemunha os prendem, e se estão presos, com

20. Entenda-se: Como se refreia então a mentira e a falsidade, se a denúncia não precisa de concordância de circunstâncias de tempo, lugar, etc., para valer? No citado Ms. não vem este passo.

esta testemunha os embaraçam. E assim se vão enredando uns com outros, e se faz uma confusão infinita, que nunca se acaba, senão perdoando a uns os muitos testemunhos, tratando outros por diminuições, e a outros condenando por diminutos. Tudo isto, e muito mais, se há-de achar nos processos; e maiormente os fundamentos de uns serem perdoados e outros condenados por diminutos, e outros irem purgar a sua diminuição por tormento. E nisto há muito e muito que examinar.

87.º Jura o réu Luís que, haverá cinco anos, pouco mais ou menos, estando ele, testemunha, com João, ambos sós no convento de Buçaco (que dista três léguas de Coimbra) lhe dissera ele, testemunha João, que era muito devoto daquela religião, por ser fundada por Elias, profeta da Lei Velha, e com esta ocasião se declararam que eram judeus, e criam na sua Lei e guardavam os sábados. Note-se bem o testemunho de João (n.º 45) e faça-se conferência com este de Luís, e vejam como contestam; porque João disse que em Castelo Branco, haveria 15 anos, com outras pessoas; e o réu diz que em Buçaco, haveria cinco anos, só com João.

88.º Jura o réu Luís, que, haverá 12 anos, pouco mais ou menos, estando ele, testemunha, assentado fora da ponte do Mondego, da cidade de Coimbra, lendo por um livro, ali viera ter Gonçalo com ele, e em sua companhia vinham Amaro, Silvestre e Lourenço; e assentando-se todos, estiveram conversando; e com ocasião de chegar um vilão com duas lebres e perguntar se as queriam comprar, e Lou-

4. *Trateando quer dizer sujeitando a 'tratos ou tormentos.*

renço responder que não, indo-se o vilão, disse Gonçalo:

— Todos somos de uma nação; bem podeis dizer porque não quisestes que comprássemos aquelas
5 lebres.

E o dito Lourenço respondeu, que por ser contra a Lei; e com esta ocasião se declararam todos, que criam e viviam na Lei de Moisés; e não declararam as cerimónias que faziam em observância daquela
10 Lei, porque chegou logo outra gente, e pararam com a prática.

89.º Note-se bem, e confira-se este com o juramento do Gonçalo, referido no n.º 45 deste papel. Considere-se que actos tão expressos e distintos são
15 este e o de Gonçalo; e se o que ele depôs fora verdade, como poderia Luís esquecer-se dele? Um diz que haverá seis anos, em Tomar, com Manuel e Fernando, falando-se em comprar um officio. Outro diz que haverá doze anos, fora da ponte do Mon-
20 dego, lendo por um livro, e Amaro, Silvestre e Lourenço, com a ocasião de vir um homem com umas lebres: e com isto satisfaz o réu para si e fez prova para os outros. Veja-se bem a variedade destas
25 testemunhas, tendo por certo que como estas são todas. Também deve notar-se que com este juramento fica Luís descarregado do juramento que contra ele dera Gonçalo, o qual Gonçalo, agora de novo pelo juramento de Luís, fica enredado com
30 Amaro, Silvestre e Lourenço; e se não tiver dado neles, de novo o hão-de apertar, em razão desta junta, até dar neles; de que resulta começar o miserável Gonçalo de novo a confessar, porque o apertam; e como vai às cegas, e não sabe se é por esta junta ou se porque lhe acresceram testemunhas,

começa a variar, e talvez suceda passar a outra terra, jurando contra os inocentes que estão em sua casa sem lhe fazerem dano algum. E fica a pobre terra iscada, o que basta para a destruir. E por este modo está assolado todo o Reino.

90.º Ultimamente, depois de dar em muitos, vem a acertar com os ditos Amaro, Silvestre e Lourenço; mas advirta-se que, quando chega a acertar com eles, não é sentados todos com ele e com Luís fora da ponte de Coimbra, nem com aquela ocasião, senão tudo variado, porque, como aquele acto foi fingido, nenhum dos outros podia acertar.

91.º Também se deve notar ser tão certa a falsidade destes juramentos que, porquanto não podem formar para cada pessoa uma mentira, ajuntam muitas na mesma; e assim vão enredando e assolando uns aos outros, e povos inteiros. E muitos porque não sabem ou não podem formar tantas mentiras, dizem que entre práticas se declararam. O que tudo se achará nos processos plenariamente.

92.º Pelo apontado se deixa ver que estas juntas são a parte maior da confusão com que tudo se embarça. E deve saber-se que, se alguns dos presos (que são poucos) não declaram juntas, e por não tomar mais encargo sobre si, vão dando em cada um de per si, lho estranham muito e muito; e logo lhes dizem que não querem dizer a verdade, e cada vez os vão apertando mais; e como conhecem já isto, lhes dizem, em dando em algum:

— E ninguém estava aí? Não, que vós sempre estáveis só; pois no cabo lhe achareis o erro.

E os miseráveis com o seu temor, como vêem que querem que digam de juntas, mudam de estilo, e fazem juntas de dez e doze.

93.^o Estas palavras com que lhes estranham não darem em juntas, não hão-de constar dos autos, porque nem estas nem outras muitas lá se escrevem, e fora muito conveniente que se viram e examinaram; mas os miseráveis têm a boca cosida, e só na confissão das falsidades podem falar sem perigo.

94.^o Jura o réu Luís que havia nove anos, pouco mais ou menos, que ele, testemunha, se achou na cidade de Coimbra em casa de Francisco, e, estando presente sua mulher Leonor, entre práticas se declararam que, por todos serem de nação hebreia, criam e viviam na Lei de Moisés, e em observância dela não comiam lampreia.

95.^o Note-se, primeiro, como diz isto bem com a junta que João fez no seu testemunho, referido no n.^o 45 deste papel, e como concorda com o juramento que Luís deu contra João acima no n.^o 88.

Note-se, segundo, que, se se vira o juramento deste Francisco, também havia de ir por outro rumo; e se forem mil, nenhum se há-de achar que diga com outro, nem do réu com as testemunhas, nem das testemunhas umas com outras: pois logo como são verdadeiras?

Note-se, terceiro, que o pobre Francisco já tem estes dois juramentos de João e Luís, e bastam para ser preso, sendo tão vários. E já lá vai esta casa destruída; porque, em que lhe pese, há-de Francisco delatar sua mulher ou morrer queimado. Oh Jesus! Que labirinto!

96.^o Não fazemos nota sobre a junta que Gonçalo fez com Manuel e Luís no seu juramento, porque, com o exemplo atrás de Francisco, se fica mostrando que cousas são juntas, e como com elas são

os pobres apertados, e como ajustam e satisfazem a elas sem contestação nem concórdia alguma, e também a confusão e danos irreparáveis que se seguem aos inocentes, pelos enredos que se vão urdindo de uns a outros, que parece é um processo infinito.

97.º Repare-se como facilita estas confissões falsas o satisfazerem somente com acertar os nomes, porque se foram obrigados a contestarem nos mesmos actos de que foram delatados, nas mesmas juntas, nas mesmas pessoas que estavam presentes e nas mais circunstâncias de palavras, ocasiões e tempos, haveria menos falsários, e ainda devera perguntar-se na inquisição a estes réus de que estava cada um vestido; e outras particularidades, para se conferirem os juramentos uns com outros; e só assim se poderia, com a possível certeza, alcançar o conhecimento da verdade; porque, se aqueles actos são verdadeiros, todos podem e devem contestar, assim como passou; e se são falsos, impossível será concordarem na conferência. Devia pois fazer-se toda a diligência, e o direito e a razão ditam e dispõem que façam as maiores diligências para se apurar a verdade, e mais em matérias de que dependem almas, vidas, honras e fazendas. Esta miserável gente não pede, não quer, não clama que se lhe perdoem as culpas, senão que se façam rigorosíssimos exames e se castiguem; que se ajustem as confissões; que concordem e contestem nos autos e circunstâncias; que não diga cada um o que quizer fingir; porque desta sorte poderá a fraqueza do juízo humano proceder com probabilidade e certeza moral, e empreender pelo modo possível o que só a Deus, nosso Senhor, propriamente pertence, como

juiz dos corações. Deixemos estas ponderações aos doutos, e a decisão destes pontos aos maiores juízos, porque à nossa capacidade só toca dizer ingenuamente o que nos é mandado.

- 98.^a Em conclusão, a raiz e princípio de todos estes males consiste em não obrigá-los a contestar, como parece dispõe o direito e toda boa razão dita que deve contestar a confissão do réu com o depoimento da testemunha. E se assim fora e usara o Santo Offício, não poderiam os que são cristãos confessos serem judeus; porque, como não podem contestar o acto que não fizeram, e as circunstâncias dele, nem sabem os actos falsos que aí os outros contra eles formaram, é certo que só confessariam os que na verdade fossem culpados e compreendidos nos tais actos.

- 99.^a E quem pode negar ser muito justo e pio, e convenientíssimo aquele meio com que se apura a verdade, e se favorece a inocência, e as culpas se convencem? Para os juízes e para os réus, convém justificar os procedimentos, evitar queixas e tirar ocasiões de confessarem o que não fizeram aos inocentes, e obrigar aos culpados a fazerem suas confissões verdadeiras. Ponto é este tão substancial, e de tanta justificação para o Santo Offício, que deviam seus ministros agradecer muito o zelo e santo intento com que se trata. E suposto os ministros daquele santo tribunal tudo alcancem, contudo, fora dele são sabidas outras muitas circunstâncias, que o respeito e o temor faz lá ocultar.

100.^a Por isso o Excelentíssimo Senhor Duque

31. Refere-se ao V Duque de Aveiro, D. Pedro de Lencastre (1608-1673) ex-arcebispo de Évora, que desempenhara tais funções.

Inquisidor Geral com seu grande zelo procurou
 haver meios para se evitarem de todo falsidades que
 se juram no Santo Officio, e para este fim, pergun-
 tou a pessoas de fora seu parecer na matéria, e cre-
 5 mos que também no interior trataria este ponto com
 efficácia. O discurso que por mandado de Sua Exce-
 lência se fez neste ponto não pôde chegar-lhe à mão,
 por lhe chegar primeiro a morte; mas cremos que,
 se vivera, em tudo pusera eficaz remédio. No fim
 10 desde papel vai o dito discurso, por não nos diver-
 tirmos mais neste lugar.

101.º Concluimos este ponto, dizendo que, ou
 isto que se refere da contrariedade das testemunhas
 e juramentos e falta de contestação, de que nascem
 15 tantos e inexplicáveis e incompreensíveis danos, é
 verdade ou é mentira. Se é verdade, quem pode
 duvidar que se deve aplicar eficaz remédio? Se é
 mentira, não se nega que merecem grave castigo
 os autores dela. Examine-se se é verdade, para o
 20 remédio; se é mentira, para o castigo. Neste caso,
 não é necessário mais exame que o dos processos,
 com advertência no referido.

Pondere-se agora sòmente quem, para justifica-
 ção da verdade, oferece mais prova que os mesmos
 25 processos, feitos pelos ministros? Que, se têm feito
 partes nesta matéria, se pode fazer maior justifi-
 cação.

Diminutos

102.º Pergunte-se a causa por que morrem e são
 relaxados muitos confessos com culpas e sentença
 30 de diminutos.

Este ponto é o mais oculto e impenetrável; assim,
 não pode haver certa notícia, mas dos processos

deverá constar. Aqui só diremos o que racional e judicialmente entendemos poderá servir para se fazer reflexão sobre os mesmos processos.

103.^o Três sortes de diminutos podemos consi-
5 derar:

Primeiros, os que confessam logo em os prendendo, ou depois de carregados de testemunhas, antes de serem sentenciados; e estes têm largo tempo para no tormento purgarem as ditas dimi-
10 nuções.

104.^o Os segundos são aqueles que confessam depois de lhes ser notificada a sentença de relaxação. Estes têm tormento para purgarem as diminuições até sexta-feira, em que lhes atam as mãos.

105.^o Os terceiros são os que confessam de mãos atadas, estando já entregues aos padres, e destes é o estado mais perigoso, porque já não hão-de purgar por tormento as diminuições. São obrigados a acertarem com todos os que juraram contra eles,
15 sem lhes faltar um, e por isso é o adágio: *mãos atadas, terras abrasadas*.

106.^o E falando geralmente em todos, o que se julga é que estes diminutos morrem, porque, confessando de si e dando em muitos estranhos, que-
25 rem ocultar seus filhos, pais, irmãos e mulheres, por lhes terem mais amor, ou por fiarem mais deles, parecendo-lhes que, ainda que estejam presos, lhes não levantarão falso testemunho; e como sejam

23-30. Os tormentos podiam ser meios de purgação ou reparação da culpa e podiam aliviar a pena, mas não a merecida por falso juramento a favor de parentes próximos. Porque os subtraía à possível reconciliação com a Igreja?...

parentes tão chegados, dizem que o seu juramento se não purga pelo tormento; e assim vão a morrer diminutos, por não darem neles, tendo contra si os juramentos ou juntas deles.

- 5 107.º Bom discurso parece este; mas as experiências mostram o contrário, e que não saem diminutos, só havendo aqueles vínculos de parentesco, mas por cousas muito remotas em que os miseráveis não podem acertar, como parece, pelos exemplos
10 seguintes:

- 108.º Jorge Fernandes Mesa, natural e morador em Vila Viçosa, foi preso em Évora, e logo em entrando confessou, parecendo-lhe que se fazia
15 auto, com ânimo de sair logo nele e se livrar daquelas horrendas prisões. Foi dando em todos os que sabia os nomes, assim da sua terra como de fora dela, e se entende que deu em mais de quinhentas pessoas. Tinha uma filha, que de cinco
20 anos havia recolhido no convento da Esperança da mesma vila, a qual criaram no dito convento umas religiosas, cristãs-velhas, e sempre a tiveram em sua companhia, e as poucas vezes que seu pai lhe falava, era em presença das ditas religiosas. Cresceu
25 sempre no convento e, feita a idade, professou e viveu também nesta filha deu o pai, e deu em sua mulher, e em todos os seus filhos, e em seus irmãos, e em todos os seus parentes; e contudo, nada bastou. Foi relaxado com sentença de diminuto; e sendo
30 o tempo tão largo para purgar a diminuição no tormento, não purgou, nem bastou dar em toda a geração, e por fim de contas morreu queimado. Desenganado este miserável de que não tinha remédio, revogou todas as confissões que tinha feito,

declarando serem todas falsas, porque ele era cristão, e que por temor da morte e por se livrar daqueles horrendos cárceres, havia imposto a si e a seus próximos aqueles falsos testemunhos. E assim, 5 foi a sentença de diminuto revogante.

109.^o Maria Mendes, natural de Fronteira, moradora em Elvas, viúva de Gaspar Gomes Jacinto, sapateiro de obra grossa, foi presa. Confessou logo. Deu em todos quantos filhos tinha, netos e parentes, e em todos quantos conhecia e lhes sabia os 10 nomes, que se entendeu dela que havia dado em mais de seiscentas pessoas. Ainda assim foi relaxada a morrer diminuta: e revogou tudo, declarando serem tudo falsidades que havia posto sobre si e sobre seus próximos, por remir a vida. Estando 15 esta mulher no auto já para morrer, uma filha sua, que saiu no mesmo auto, em altas vozes lhe quis lembrar alguns parentes, para que ali no auto fosse dar neles, e não morresse, parecendo-lhe que era 20 diminuta por não dar nos parentes. Respondeu-lhe a mãe:

— Filha, nada disso está por fazer: não me ficou Castela nem Portugal. Tudo corri, e nada me valeu!

25 110.^o Milhares de casos semelhantes se podem referir; mas estes bastam para mostrar o como padecem os diminutos. Vejam-se os processos destes dois diminutos que referimos, e muitos mais, e neles se verá a causa de morrerem muitos diminutos, sendo tão bons confitentes. 30

111.^o Do referido bem se colhe que não morrem só diminutos pelos parentes, mas por outras causas, que não podem adivinhar-se, por serem falsas; que, se foram verdadeiras, como deixaria matar-se por

elas quem tira sua filha de um convento aonde a metera de cinco anos? Oh lástima! E quem deu na mulher, filhos e netos, como não daria em todo o mundo, para remir a vida? E como é crível que
 5 se deixe perder a mesma vida, com morte tão afrontosa, por encobrir a diminuição estranha? Quem confessou o mais, como encobriria o menos? Quem fez tais confissões por não morrer, se ultimamente estivera na sua mão, havia de deixar
 10 matar-se? O certo é que não há tomar pé nestas causas; e uns confundem os outros; e a forma dos processos a todos.

Negativos

112.º Já fizemos exemplo dos que morrem diminutos; façamos também exemplo dos que morrem
 15 negativos com outros dois casos.

113.º Jácome de Melo Pereira, natural de Lisboa, fidalgo muito qualificado e cavaleiro do hábito de Cristo, morador em Elvas, que foi muitos anos capitão de cavalos, e serviu ao Reino com grande valor
 20 e crédito, tinha uma parte de nação ele, sua mulher e dois filhos; e por encobrir esta sua falta, quando havia prisões por mandado da Inquisição, eram os que mais zelosos se mostravam contra os presos e contra os que saíam penitenciados. Com este
 25 achaque comum de dar em todos, juraram contra o dito Jácome de Melo e contra sua mulher e dois filhos. A mulher e os filhos, vendo-se naquela horrenda prisão, como eram mimosos, mal costumados e que nunca imaginaram tal fadário, com
 30 ignorância e cegueira, dirigidos de más e mal intencionadas companhias, confessaram todos três, e deram no sobredito Jácome de Melo, e saíram logo

no auto seguinte. Foi condenado Jácome de Melo a morrer queimado por negativo; e morreu com grandes demonstrações de cristandade, tratando só da sua salvação até o último ponto, que o afogou
5 o garrote.

Note-se que, em tendo a carga do testemunho da mulher e filhos, não esperaram mais dois ou três anos que se começasse o livramento; mas logo abreviaram.

- 10 114.^o Afonso Nobre, natural e morador em Vila Viçosa, e da principal nobreza daquela vila, onde serviu muitas vezes de vereador e provedor da Misericórdia, cargos que se não dão em Portugal senão aos mais nobres e limpos de sangue, foi preso e
15 levado aos cárceres de Coimbra, e com fama de que tinha parte de cristão-novo. Dali a algum tempo foram presos uma filha e um filho seu de pouco idade. Estes, ou mal aconselhados dos com-
panheiros ou cegos de temor, confusão e inocência,
20 deram em seu pai, que saiu a morrer negativo. No auto, quando passava por junto ao filho, lhe pediu este perdão e a bênção. Respondeu:

- Perdão vos dou de me pordes neste estado, para que Deus me perdoe: bênção, não; porque não
25 é meu filho quem confessou o que não fez e, sendo cristão-católico, disse que era judeu. Ide embora! Deus vos perdoe!

E foi a morrer este homem com tais colóquios e actos de piedade, que a todos causou admiração.

- 30 Destes casos se podiam repetir inumeráveis, que por serem semelhantes se deixam, e por evitar prolixidades.

115.^o Contra estes dois relaxados, ambos negativos e ambos pessoas de conhecida nobreza e

autoridade, juraram seus filhos; e contra o Melo, também a mulher, que se chamava D. Brites de Carvalho, da melhor nobreza de Elvas, que também dizem tinha parte de nação. Vejam-se os
 5 processos desta mulher e filhos de Jácome de Melo, e saberão como contestaram uns com outros, e com as testemunhas que os delataram, pelas quais foram presos, e se achará que em nada contestaram uns com outros. Pois se eles foram tão bons confitentes,
 10 que puseram seu marido e pai no fogo, porque não contestaram o mesmo acto de judaísmo com as mesmas circunstâncias? Também poderá ser se ache que as mesmas testemunhas que juraram contra o sobre-
 15 dito e seus filhos, dessem neles de junta, que assim fazem os que vão jurar com tenção danada de impossibilitar-lhes a defesa. Bem podemos afirmar pelas conjecturas e pelos ditames da razão, que os tais confitentes não contestaram em juntas, nem nos ditos uns com outros, senão todos se hão-de
 20 achar vários; porque, como tudo são falsidades e fingimentos, e cada um não pode adivinhar e contestar no mesmo, só contestariam se fosse verdade.

116.º O mesmo se achará nos processos dos filhos de Afonso Nobre e dos que juraram contra eles
 25 e contra seu pai. Façamos outro exemplo em pessoas de menos qualidade, para que não se entenda que estes, levados de brio, morreram negativos.

117.º João de Sequeira e um seu irmão, que do processo constará como se chama, naturais de
 30 Torres Novas, eram filhos de uma lavadeira, gente muito humilde e de baixo nascimento. Foram ambos presos em Lisboa, haverá 33 anos, pouco mais ou menos. Para mais certeza, succedeu este caso no mesmo tempo em que foi preso João Tra-

vassos da Costa, também natural de Torres Novas, que foi muitos anos vigário geral do arcebispado de Lisboa.

5 Este João de Sequeira e seu irmão, constantemente defenderam sua inocência; porém não lhes valeu, porque, como eram gente vil, todos se temiam deles, e assim todos os que confessavam iam descarregando neles; e se apuraram o caso, havia de achar-se que deram nestes dois irmãos pessoas
10 que nunca falaram com eles e que os não haviam de querer para seus criados. E achá-los-iam capazes para se declararem com eles em matéria tão grave, da qual depende a alma, vida, honra e fazenda? Será verdade, porém não é crível; e se
15 tudo se julga por presunções, estas estavam por João de Sequeira; mas nada lhe valeu, suposto que bem o requeria.

118.^o O vigário geral, João Travaços da Costa, havia ido muitos anos, como vigário geral, despachar ao Santo Offício; e como sabia as confissões dos processos e dificuldades do livramento, tendo por mais certo morrer que livrar, com o aperto da prisão abafou de maneira que logo fez confissão, e deu em todo o mundo. Tratando de sair para
25 fora, entre os mais, deu também em João de Sequeira e em seu irmão. Parece que pelas companhias soube que o tal vigário geral estava preso confitente, e que havia dado nele. Então dizia João de Sequeira na Mesa:

30 — Como crêem Vossas Senhorias que o vigário geral se havia de declarar com João de Sequeira, filho de uma lavadeira, quando não o queria para seu laçao de mula? É assim que ele, vigário geral, com outros, juraram contra João de Sequeira,

cuidando que a ele lhe têm feito mal; mas eu lhes perdoo, para que Deus me perdoe os meus peccados, que são muitos; mas este não confessarei, porque o não fiz; e se eu o fizera, que perdia em o confessar? Que honra e que fazenda perdia nisso? 5 Nosso Senhor Jesus Cristo me deu esta ocasião para me salvar, não a quero perder.

E assim foram ele e o irmão a morrer negativos, continuando até ao fim em demonstrações de ver- 10 dadeiros cristãos.

Considere-se aqui como é crível que o vigário geral se declarasse com tal sujeito! Saiu o vigário geral confesso penitenciado, viveu nesta cidade miseravelmente. Houve fama que, na hora da 15 morte, por descargo de sua consciência, mandara declarar que tudo quanto havia confessado era falso, mas disto se não fez caso. Lá constará dos autos o que se passou neste caso de João, que é muito para ver.

20 Veja-se o processo do vigário geral e o de João de Sequeira, e confira-se o juramento do vigário geral com o do mesmo João de Sequeira, e se achará que tinha oito anos quando o vigário geral jurou que se declarou com ele. E considere-se que figura seria 25 um filho de uma lavadeira, sendo de oito anos, para com ele se declarar um vigário geral! Que homens estes para se deixarem matar, havendo cometido o crime! Note-se que o irmão era um menino; e esperaram tivesse idade para sair a 30 morrer, e os contra quem ele jurou, pereceram. Vejam se há danos mais irreparáveis!

119.º Em tempo que se admitiam testemunhas de cristãos-novos contra cristãos-velhos, houve prisões em Beja, conforme a tradição, no ano de

1591 até o de 1603. Prenderam muitos cristãos-velhos e novos, sem distinção, e experimentou-se que os cristãos-velhos na Inquisição faziam confissão de judaísmo, como os cristãos-novos fazem, e pior, se pode ser; porque houve cristão-velho que confessou fora sobre um bode esperar o Messias ao poço de Aljustrel, que é fora da cidade pouca distância. E então se fez novo regimento para os cristãos-novos não poderem testemunhar contra cristãos-velhos; que se seus testemunhos valessem, experimentaram o mesmo dano, e mais se tivessem contra si as presunções que se imaginam no sangue.

120.^o Enfim, como se os cristãos-velhos não fossem filhos de Adão, sujeitos a quaisquer peccados, os quererão separar para que nos pobres cristãos-novos fosse culpa só o sangue; e chegou este ponto a tais termos, e com tal severidade se observa, que o mesmo é jurar um miserável cristão-novo contra um cristão-velho, que ficar logo convencido de falsário, com carochas, açoutes e galés. São indispensáveis tais penas. Expliquemos isto com um caso.

121.^o Baptista Fangueiro Cabral, natural de Elvas, e da mais qualificada nobreza daquela cidade, foi preso por se dizer que tinha oitava de cristão-novo, ou ainda menos (e quem anda medindo estes graus, senão a opinião, ou, o mais certo, a malévola inclinação?). Esteve anos preso, correu seu livramento, foi sentenciado à morte, e veio a confessar de mãos atadas. E como estas não purgam o tormento de diminuições, são obrigados a acertar com todos os que têm sobre si (devia ter muitos este miserável). Foi correndo os ferrolhos, casa por casa, e dando em tudo para remir a vida; e como o primeiro que

fazem os que chegam a tal estado, é darem em todos os parentes, entre os mais se lembrou de uma mulata, chegada à obrigação de sua casa, com o nome de filha bastarda de um seu tio, por aquela
5 parte por onde dizem que ele tinha a desaventurada peste de cristão-novo. Saiu no auto, degredado para as galés, como saem todos os que confessam de mãos atadas, e foi para elas cumprir o seu degredo.

122.º Prenderam a mulata pelo juramento refe-
10 rido; e não tratou esta mulher de outro livramento mais que alegar era cristã-velha; e parece provou o que alegou, julgando-se por tal. E tornou segunda vez para os cárceres o dito Baptista Fangueiro; e depois dele preso, deitaram fora a mulata, sem
15 sair em auto, julgando-se cristã-velha.

123.º Esta segunda vez, esteve preso o dito Baptista Fangueiro muito tempo; e no fim, saiu enca-
rochado, julgado por falsário e condenado a açoutes pelas ruas públicas, e trazido segunda vez às galés
20 com 8 anos de degredo, que cumpriu nelas com tanto aperto, que, porque o cabo dos forçados se compadecia dele (o cabo se chama João Fialho, que poderá dizer se é assim), por ser homem nobre e conhecido, foi repreendido àasperamente do Santo
25 Offício, porque o não mandava andar em todo o serviço como os forçados.

É o serviço destes forçados, por não haverem galés, andarem dois presos com uma cadeia, pelos lugares públicos da cidade de Lisboa, acarretando

17. *Encarochado* significa *de cabeça coberta com carocha* — a mitra de papel pintado em que nos autos-de-fé saíam os feiticeiros e os perjuros.

água às costas, e outros materiais para casa do provedor dos armazéns e outros oficiais, e para a Ribeira das Naus. Neste serviço andava o miserável Fangueiro, preso em cadeia com um mouro
5 ou com um negro, ou com um vil ladrão, que desta gente consta a chusma dos forçados; e com este rigoroso castigo são tratados os que juram contra cristãos-velhos. Note-se que este Baptista Fangueiro falou nesta mulher de mãos atadas; e como está
10 dito, não tinha tormento que purgar a diminuição. Suponhamos que esta mulher tinha outra testemunha, e que a deram de junta com este Baptista Fangueiro: se não dera nela, havia de sair a morrer diminuto; e porque deu nela, saiu falsário enca-
15 rochado e açoutado, e com cinco anos de galés, e com o tratamento referido.

124.^o Esta é a forma em que são convencidos por falsários os que juram contra cristãos-velhos; e se eles, antes de se fazer a nova constituição e
20 regimento, confessavam que eram judeus, que carácter lhes imprime o regimento, para que os que juram contra eles, logo fiquem convencidos por falsários e condenados com tão severos castigos? Quem os preserva para não caírem neste erro?
25 Podem os cristãos-velhos arrenegar (ainda mal, que tantos em África arrenegam!), e seguir a seita de Mafoma, e não podem seguir a Lei de Moisés? O regimento não; o sangue os preserva? E o sangue porque os não preservava antes? Porque confes-
30 savam como hoje confessam os cristãos-novos? O certo é que todas ou as mais das confissões em uns e outros são falsas, e só têm diversidade agora, que os cristãos-novos têm no sangue o pecado, e os cristãos-velhos têm no sangue o remédio.

Evidente é que o saírem tantos confessos não é realidade da culpa, mas culpa do processo. Isto é tão certo que, se com os cristãos-velhos se proceda da mesma forma que se procede com os
 5 cristãos-novos, se haviam de ver neles as mesmas confissões; e se se inquirira na mesma forma da Lei de Mafoma e das heresias de Calvino e Lutero, se haviam de ver as mesmas confissões destas seitas em Portugal, e em toda a parte do Mundo, e isto
 10 assim em cristãos-velhos como novos, e em todas as gentes; porque a forma, estilo e o seu rigor e confusão são causa de todas as falsidades, e que estão produzindo culpas em todos, sem as haver.

Daqui se infere que, se os príncipes, nobreza e
 15 povo de Portugal têm ódio a esta perseguida gente, é em razão do segredo: não sabem o que na verdade passa, e assim se persuadem que é verdade tudo o que se lê nos autos; que se souberam e viram as sinceras verdades que aqui dizemos, tiveram
 20 lástima das pessoas que vivem e procedem bem, e só aborreceram a forma e confusão com que se faz dos cristãos judeus.

Nem pode negar-se ser grande meio para se conhecer a verdade tomar a forma de Roma, que
 25 não prejudica aos católicos e castiga aos hereges, com que cessara o descrédito que têm os Portugueses entre as mais nações, conhecendo a verdade com clareza.

125.º Este regimento se deve examinar, e tam-
 30 bém os fundamentos com que de direito natural, civil e canónico é assistido; porque eu ouvi dizer a homens letrados, que o tal regimento tinha cousas contrárias às disposições do direito natural e positivo. E porquê, ou para que se fez este regimento,

que não valesse o testemunho de cristãos-novos contra cristãos-velhos? Foi porque, se o não hou-
vera, havia de experimentar-se nos cristãos-velhos
o mesmo que se vê nos cristãos-novos, e não esti-
5 veram seguros nem os próprios inquisidores, como
não pode estar seguro nenhum cristão-novo, ainda
que seja um santo.

126.^o E sendo certo (como dizem homens doutos
que o é na filosofia e teologia) que o sangue não
10 influi nem inclina para a crença ou religião, como
segura o sangue aos cristãos-velhos, sendo culpa
nos novos, e tal que, se chegam a ser presos, ainda
que não tenham prova, padecem a pena da infâm-
mia do delito, e tudo o mais que está dito?

127.^o Logo, pode entender-se que isto se fez para
guardar os cristãos-velhos, deixando os cristãos-
novos ao desamparo; porque os cristãos-velhos não
têm a defesa na razão nem na inocência, senão
no sangue; e os cristãos-novos, que não têm san-
20 gue para os defender, padecem indefesos sem remé-
dio. Fizeram valado para a vinha dos cristãos-
velhos, e a dos cristãos-novos ficou exposta a todas
as calamidades, sem poderem defender-se os bons
dos maus, nem valer a inocência para terem segu-
25 rança.

E senão, digam-me: Este falsário, que encaro-
charam porque jurou contra um cristão-velho, só
contra esse cristão-velho jurou? Apostara eu que
alguns destes jurando contra um cristão-velho, jura-
30 ram contra quinhentos cristãos-novos, ou que cha-
mam cristãos-novos; porque este nome só se funda
na presunção, aumentada e conservada com tantas
falsidades. Pois convencido este falsário de falsi-
dade, em razão do sangue de cristão-velho, por-

que não fica falsário a respeito dos cristãos-novos? A presunção aqui já está contra ele, porque se mostra ser falso. Pois é falsário contra o cristão-velho (depondo igualmente de todos), e contra os cristãos-novos é verdadeiro confitente? Oh Jesus, que sem-razão!

128.º Dirão que não são convencidos de falsários, porque juraram contra cristãos-velhos, mas porque, examinados desta culpa, confessam que juraram falso, e por sua própria confissão ficam convencidos e condenados. Responde-se que muitos não confessaram, e foram condenados. Além de que, se os miseráveis, por se livrarem de tão horrendos apertos e prisões, confessam que são judeus, sendo cristãos, vendo-se segunda vez presos, e mais apertados por falsários, e conhecendo que os juizes querem e apertam que se desdigam, não só se desdirão, mas se de novo os apertarem pelo mesmo estilo, para que digam que são mouros, gentios, papa-gentes do Brasil, chuchumecos da Nova-Espanha, e que seguiram as seitas da China e Japão, tudo farão, para que os deixem com vida e liberdade.

129.º Não vimos há poucos anos que um religioso foi acusar-se a si mesmo por sodomita falsamente, por descompor ao que dizia ser cúmplice com ele, só por seus interesses particulares? Não é maior o interesse da vida e liberdade, para que diga um destes miseráveis de si e de outros que é e são judeus, sabendo que sempre hão-de ser tidos por esses, ainda que façam milagres? E se forem santos e os fizerem, os terão por mágicos, como os tiranos diziam dos milagres dos mártires. Pois perdendo estes menos, porque não perdem a honra,

que já têm perdido, e ganhando mais a vida e liberdade, não farão o que fez aquele religioso?

130.^o Vimos também há menos anos que um cristão-velho, sem que o sangue lhe infundisse res-
5 peito à Cruz, cobriu uma de imundície, para impor o delito a um pobre, tido por cristão-novo, a quem queria destruir por seus respeitos particulares. E assim succedeu a um almoxarife de Sua Alteza nas vilas que hoje são do seu estado, entre Tomar
10 e Coimbra. Ambos estes casos castigou o Santo Ofício. Não sei se seria diferente o castigo, se os casos succederam a cristãos-novos. Se isto fazem cristãos-velhos, sem ser para livrar da morte e da masmorra, que muito que, para livrar de uma e
15 outra, os cristãos-novos digam de outros o que não fizeram?

131.^o Mais: façam-lhes as mesmas diligências que se fazem para desdizer-se do juramento contra o cristão-velho, para que se desdigam do que têm
20 jurado contra os cristãos-novos, e não os queimem por revogantes, e verão como se desdizem; e o fariam com mais boa consciência, porque então falavam verdade, e restituíam os danos, que de outra sorte não é possível restituir.

25 132.^o Dirão que também ficam convencidos de falsos; porque, quando juraram contra estes cristãos-velhos, juraram que eram cristãos-novos, e provado que eram cristãos-velhos, fica falso o tal juramento.

30 133.^o Responde-se que, se não juraram ser cristãos-novos, não haviam de aceitar-lhes o juramento; porque antes lhes tinham declarado na Mesa que não jurassem contra cristãos-velhos, porque haviam de ser por este crime rigorosamente castigados, e a

5 todos se faz esta notificação, e com ela claramente se deixa ver que aqueles miseráveis não juram falso contra cristãos-velhos, senão porque os tinham ouvido nomear por cristãos-novos, e temendo esta-
riam presos e teriam jurado contra eles.

10 134.º A todos estes danos dá ocasião o rigor e escuridade e confusão com que os tratam; que a não temerem os queimem por diminutos, para que havia o Fanguero de dar na mulata? Jura para se livrar das testemunhas que lhe dizem tem
contra si. Mas esse não é o sentimento; que serem castigados por falsários é justo castigo de Deus.

15 Prouvera a sua Divina Majestade, que todos os que juram falso tiveram castigo! E o que houveram de carochas nos autos-da-fé! O que sentimos, é
haverem castigos para falsários contra cristãos-velhos, e não tratar-se de convencer e castigar os que são contra cristãos-novos. E os cristãos-velhos não podem ser judeus? Vejamos como alguns o
20 foram.

25 135.º No convento de Santo António dos Capuchos, de Lisboa, no campo do Curral, houve um religioso letrado, natural da mesma cidade, de uma família nobre, cujo apelido era *Travaços da Costa*,
e pela tradição se diz ser de geração de um escrivão ou secretário da Mesa do Paço. Era ele cristão-velho; enfim capucho, que tiram inquirições apu-
radas. Este desaventurado prevaricou, e públicamente no convento começou a publicar seu erro e
30 persuadir a sua cegueira. Não puderam os frades reduzi-lo, e assim obrigados o entregaram ao Santo

11. Entenda-se: não têm os réus o sentimento ou a consciência da culpa de falsários.

Ofício, que também o não pôde reduzir, e saiu a queimar, pertinaz. E como este successo foi depois do regimento, que os cristãos-velhos não possam ser tidos por judeus, lhe puseram na sentença que
5 tinha parte de cristão-novo.

136.^o Os parentes, como isto era labéu que se lhes punha na geração, se opuseram à causa, dizendo estava bem queimado, pois fora claramente judeu; mas que o dizer a sentença que tinha parte
10 de nação, era infamá-los a todos; e assim lhes tocava defendê-lo e apurar sua limpeza e qualidade. Isto se abafou em forma que a geração ficou limpa no sangue, apurada, e assim permaneceu em Lisboa. Veja-se o processo deste frade, e os dos requerimentos dos parentes, e achar-se-á ser puro cristão-
15 -velho. E se este foi judeu tão claramente, porque o não seria a mulata em que deu o Fangueiro? Preservou-a o regimento?

137.^o Francisco de Azevedo Cabras, natural de
20 Elvas, filho de André Martins Cabras, da principal nobreza daquela cidade, nas prisões que se faziam pelo Santo Ofício, era grande perseguidor dos cristãos-novos. Com esta causa, e com haver fama na terra que sua mãe, já morta, tinha parte de
25 nação por um avô do Algarve (que os outros três eram naturais da mesma cidade de Elvas, conhecidamente cristãos-velhos, como também o eram os quatro avós do pai, André Martins Cabras, sem nenhuma fama, nem dúvida em contrário; de sorte
30 que este Francisco de Azevedo tinha sete bisavós naturais de Elvas, conhecidamente cristãos-velhos, e um por parte de sua mãe do Algarve, e deste nasceu a fama), juraram contra ele e contra D. Brites de Sequeira, irmã inteira de sua mãe. Foram

presos, e o dito Francisco de Azevedo, logo em entrando confessou, e saiu no auto reconciliado, com sambenito. O pai, André Martins, vendo-se afrontado, o fez ir para Castela, ainda no tempo da guerra, donde veio feito frade de S. Francisco, depois das pazes. E o tornaram a prender, e lá está nos cárceres de Évora.

138.º Depois de feito o auto público em Évora, em 26 de Novembro de 1673, fizeram outro particular na sala da Inquisição, em que deitaram sòmente o Francisco de Azevedo Cabras, e com tal segredo, que não chamaram para este auto mais que alguns religiosos e eclesiásticos, que não passaram de doze pessoas, as quais deram juramento de não dizerem fora o que ali se lesse no auto. Leram a sentença, a qual em substância vinha a dizer que, por confessar o judaísmo, sendo cristão-velho, e por impor o mesmo crime falsamente a muitos, o privavam das ordens e o condenavam em dez anos de degredo para a ilha do Príncipe. E com efeito está na cadeia pública para ir cumprir o degredo. Pondere-se bem este caso, que é evidente confirmação de tudo o que neste papel passa e se oferece.

25 Tais como estas são as confissões que se fazem e admitem no tribunal do Santo Officio. E quantos, pelo testemunho de Francisco de Azevedo, estariam presos e apertados e sentenciados! Como se refazem estes danos?

3. O *sambenito* era uma peça de vestuário benzido que, na primitiva Igreja, usavam os penitentes e a Inquisição depois impunha aos penitenciados, nas procissões dos autos-de-fé.

139.^o A tia, D. Brites de Sequeira, alegou que era cristã-velha (os três avós naturais de Elvas provada e notoriamente eram cristãos-velhos); e parece que também prova o mesmo por parte do
 5 Algarve. Enfim, saiu julgada cristã-velha; e saíram encarochadas, açoutadas e degredadas para as galés as testemunhas que juraram contra ela. Tudo constará do seu processo. E se D. Brites fora cristã-velha, que remédio? Aqui se vêem as mesmas tes-
 10 temunhas confirmadas pelo sobrinho, e convencidas de falsas pelo tio.

140.^o A segunda prisão de Francisco de Azevedo, se presume foi por haver jurado também contra a tia. A sua sentença mostrará qual é o
 15 crime desta segunda prisão, que pode ser por confessar ser judeu, sendo cristão-velho, que é contra o regimento; ou por jurar contra a tia, que provou era cristã-velha; e sendo-o ela, também Francisco de Azevedo o é por parte do pai, André Martins
 20 Cabras, em que não há dúvida alguma. E eis aqui um cristão-velho, judeu e falsário. E pode ser que se Francisco de Azevedo não viera de Castela feito frade, que saísse no auto encarochado, açoutado e degredado para as galés por falsário, e que o puse-
 25 ram com parte de cristão-novo.

141.^o Manuel Lopes Sutil, natural de Elvas, que actualmente está ainda nas galés, foi preso em Évora. Saiu no auto reconciliado e degredado; porque parece confessou de sentença de morte, ou
 30 já de mãos atadas. Isto se não alcançou com cer-

29. Vê-se deste e outros passos destas *Notícias* que a confissão se valorizava segundo o momento em que era feita. Um desses momentos era quando o réu estivesse já de mãos atadas para a próxima execução. (Págs. 207 e 217).

teza; porque o estar nas galés pode ser pena acrescentada pelo caso que imos referindo. Veja-se o seu processo, donde tudo pode constar.

Este homem era casado com sua mulher, cristã-
 5 -velha, a qual tinha um irmão cujo nome constará dos processos. Quando confessou o Sutil, deu em sua mulher e nos filhos e no cunhado; e logo levado para a cadeia pública de Vila Viçosa, avisou à mulher, que ela, seus filhos e irmão se fossem
 10 acusar; porque ele, naqueles últimos apertos (parece que de mãos atadas), havia dado neles; que se fossem *remediar*, que assim chamam às acusações.

142.º A mulher se resolveu logo a fazê-lo; e dizendo ao irmão (advirta-se que eram irmãos intei-
 15 ros) fosse também com ela para também se acusar, respondeu ele que não queria, porque eram cristãos-velhos; que fossem os seus filhos dela, os quais pela parte de seu pai tinham essa parte. A mulher, sem embargo destas advertências do irmão, foi, e
 20 se presume que ela e os filhos, com efeito, se acusaram. O irmão, vendo isto, se foi a Évora, estando lá a irmã, com instrumento de como eram cristãos-velhos e o apresentou no Santo Ofício; e por estas cousas foi de novo apertado o dito Manuel Lopes
 25 Sutil, e os filhos da mulher; e não se falou mais nisso, depois que o irmão chegou com o tal instrumento. Dos processos constará a verdade que nisto passou; e como todos são vivos, bem se pode saber deles o que houve em todo este caso. Eis
 30 aqui cristã-velha acusada!

143.º Francisco Lopes Margalho (este Francisco Lopes Margalho é irmão inteiro de Alvar'Eanes Margalho, pai de Manuel Lopes Terra), natural de Elvas, tido e havido por cristão-velho sem contra-

dição alguma, presa sua mulher, se resolveu ir acusar-se. Tinha este um sobrinho, filho de seu irmão, o qual se chama Manuel Lopes Terra. Foi o tio dizer-lhe que ele se ia acusar, que fosse também ele. O sobrinho respondeu que não queria, porque eram cristãos-velhos. O tio ainda assim foi; e com efeito se acusou. O sobrinho foi, e mostrou ser cristão-velho. Vejam-se estes processos, que têm muito que examinar. Eis aqui outro cristão-velho judeu.

144.^o António Gonçalves, natural de Oliveira do Conde, rendeiro e morador em Cabanas, do bispado de Viseu, cristão-velho, e por tal conhecido e havido, sem contradição alguma, foi preso em Coimbra. Confessou que era judeu; saiu reconciliado. E conforme a notícia que nos deram da sua sentença, no auto se declarou que era cristão-velho, o que duvidamos, porque, conforme o regimento, o cristão-velho não havia de ser condenado por judeu; mas assim se referiu, e pode constar a verdade do seu processo. Este homem saiu em Coimbra no ano de 1660, pouco mais ou menos. E se adverte que, apurando-se a verdade, se há-de achar ser cristão-velho, porque assim o afirma gente de crédito que o conheceu. Procure-se este processo, que contém cousas notáveis. E se este cristão-velho for judeu, como ficam convencidos de falsários os cristãos-novos que dão em cristãos-velhos?

Pode ser que, por este e outros muitos casos semelhantes, seja certa a presunção que chegou a presumir com fundamento, que, por se verem enleados com tantas confissões, se tomou resolução de não prender a ninguém com menos de um quarto de cristão-novo. Este assento, se é certo,

já não dura; e mostra bem que se tiram e põem leis.

Também de António Gonçalves se afirma que saiu declarado cristão-velho; e foi acusado por outros cristãos-velhos diante do vigário geral do
5 lugar de Cabanas. Tudo constará do processo, e das circunstâncias das testemunhas, e outras muitas particularidades.

145.º Destes casos se contam inumeráveis em várias partes deste Reino. Veja-se a lista do último
10 auto-da-fé que se fez em Coimbra, e se acharão muitos casos, puxando pelos processos e examinando bem a verdade daqueles de quem diziam ter parte de cristão-novo, e dos outros que se abstiveram de
15 o declarar, persistindo serem cristãos-velhos, que agora ficam enfarinhados em reputação de cristãos-novos. E assim se vai desacreditando o Reino, temporal e espiritualmente.

146.º Repare-se, na mesma lista de Coimbra, em uns desgraçados, por presunção de jurarem falso
20 contra cristãos-velhos. Jurar é facto expresso, que não deve julgar-se por presunção, senão convencer-se. Tudo isto são confusões. Vejam-se os processos, que terão muito que ver; e cada vez vão crescendo os embaraços.

25 147.º O Meia-noite, de Abrantes, homem tido e havido por cristão-velho, sem fama em contrário, nas prisões que houve naquela vila foi acérrimo perseguidor dos cristãos-novos. Assólou-se a terra, e saiu em Lisboa a morrer, protestando pelas ruas
30 e gritando desacordadamente que era cristão-velho.

148.º Em Coimbra, nas prisões grandes que houve, há quarenta ou cinquenta anos, naquela cidade, saiu a morrer um familiar, que havia feito muitas prisões. Depois parece se lhe descobriu

alguma partezinha de cristão-novo, por que foi preso. E finalmente saiu a morrer. Este sempre levou a teima até ser queimado, dizendo:

— Não digo mais, senão que queimam a um
5 cristão-velho.

E nunca os padres o puderam tirar deste cuidado, para tratar do que mais importava ao remédio da sua alma e da sua salvação. Estes dois cristãos-velhos sentiam não lograrem o privilégio do regi-
10 mento.

149.^o De todo o referido, e de muito mais que há-de constar dos processos, directórios e regimentos, se se examinarem com a devida consideração e com as notícias que damos, se pode palpavelmente
15 conhecer que a forma e estilo praticado de presente nas Inquisições de Portugal, em lugar de extinguir o Judaísmo (que esta é a tenção da Igreja), o está produzindo e fazendo de cristãos judeus; uns que, obrigados dos apertos e confu-
20 sões, por remirem as vidas e liberdades, sendo cristãos, confessam serem judeus, e chamam a isto *remédio*, por não terem outro caminho para escaparem. Outros, que fogem por não serem presos, e vão dar em países infectos, onde os fazem pre-
20 varicar, o que não fariam, se as falsidades com que são delatados os não obrigassem a perderem a pátria e os domicílios. Como também não arrengariam aqueles cristãos que vão cativos à Barbaria e Turquia, se não foram cativos e estiveram em
30 suas casas e pátrias alimentados com o pasto espiritual e com a doutrina católica. E assim os chamados cristãos-novos em Portugal (não havendo memórias de que conste tal nome, e sendo eles cristãos, e seus pais, avós e bisavós, terceiros e

quartos e quintos avós e pode ser que muitos mais), não havendo quem mostre acção contra a sua cristandade, se não foram as prisões do Santo Officio e os procedimentos tão arriscados e estilo tão

5 confuso, não se passariam a terras infectas e não prevaricariam alguns, que, obrigados da necessidade, movidos das conveniências e faltos de pasto espiritual, prevaricam como os cristãos arrenegam em Barbaria.

10 150.º E senão, vejam-se os muitos que passam a Roma, onde está o Pastor da Igreja, como vivem católicos e exemplares. Pois assim vivem os mais deles em Portugal com assinalada piedade para o culto divino, em que são muito zelosos, e gastam

15 liberalmente seus bens com os próximos; são caritativos e dão ordinariamente muitas esmolas; e fora do Santo Officio, não haverá em Portugal quem possa dizer viu em cristãos-novos acções de escândalo contra a Fé, de que pudéssemos conhecer que

20 eles são judeus, como confessam. E assim podemos dizer que os cristãos-novos de Portugal só na Inquisição são judeus.

151.º E também pelos casos referidos de cristãos-velhos se pode ver que, se não fora o regi-

25 mento, que preserva os cristãos-velhos, se viram neles os mesmos excessos, confissões e falsidades.

152.º Além disto, pode afirmar-se que o regimento se fez só para separar aos cristãos-velhos dos cristãos-novos; porque, ficando nestes todas as

30 confusões e apertos, podiam permanecer; que se

30. Entenda-se: *permanecer separados*.

as violências e falsidades fossem comũas a todos, não fora possível deixarem de ouvir-se os clamores de todos os que têm conveniências no seu padecer. E por essa razão não são cridos nem têm remédio em Portugal.

- 5 153.^o Oh meu Senhor Jesus Cristo! Cheguem estes clamores aos vossos ouvidos! Ponde os olhos em tantas tribulações, apertos e misérias, e acudi a tantas calamidades por vossas chagas, por vosso
 10 sangue, por vossa misericórdia! Alumiai o entendimento e movei o coração do vosso Vigário na Terra, e de seus ministros, para que se ponha remédio a tantas falsidades, com que se perdem tantas
 15 almas, vidas, honras e fazendas, e o Reino de Portugal se vai arruinando! Reformai isto de sorte que, apurada em tudo a verdade, os maus se convertam à vossa santa Fé Católica, e os bons e verdadeiros
 20 cristãos, que em vós crêem e a vós adoram e amam, sejam conhecidos e tratados como tais, para maior honra e glória de vosso santíssimo nome! E assim como, meu Senhor, vos é presente o zelo com que se escreveu este papel, vos peço que o encaminheis para aquele fim que é mais conveniente ao vosso serviço e bem das almas, que igual-

1-5. Esta lição é a do Ms. 442 (tomo III) da Academia das Ciências de Lisboa. A da ed. de Seabra é ininteligível. Reza assim: *...que se as violências e falsidades fossem comuns a todos não fora possível deixarem de ouvir-se os clamores de todos os cristãos-novos; porque são eles sós os que padecem e muitos os que têm conveniências do seu padecer.* Na lição do citado Ms. apenas alterei a expressão *no seu poder* para *no seu padecer*. Entende-se agora que o clamor seria comum a cristãos-velhos e novos, se a uns e outros fossem applicados os estilos da Inquisição.

mente desejo se salvem todas ! Praza a Deus e à sua Divina Majestade que assim seja!

154.º Inspirai vós, Senhor meu, no coração do Sumo Pastor, que é vosso Vigário na Terra, que
 5 ouça com atenção os balidos de tantas ovelhas oprimidas e desamparadas! Fazei que mande apurar estas verdades, para que em todo o Mundo sejam manifestas; porque é certo que, se os príncipes e nobreza e povo de Portugal souberem a
 10 verdade, acabar-se-á o ódio comum com que perseguem a esta afligida gente; mas não sabem o que passa, cuidando que tudo o que ouvem ler nas sentenças e autos-da-fé são verdades apuradas e bem provadas; e assim imaginam que todos os
 15 que saem penitenciados são judeus, sendo na realidade os mais deles meros falsários, e, o que é mais para lastimar, necessitados a sê-lo.

155.º Oh! se se conheceram as mentiras e falsidades que se juram no Santo Offício, e como nada
 20 é contestado, e como os miseráveis tomam por meio os seus falsos testemunhos para escaparem a vida e terem liberdade, logo se convertera o ódio em lástima e compaixão! E também os reinos estranhos, tendo notícia da verdade, perderiam aquela
 25 falsa e errada opinião que têm de serem judeus os Portugueses.

156.º Oh meu Senhor! Uma e mil vezes clamamos a vós! vós sois a mesma verdade, a mesma
 30 inocência e a mesma justiça: acudi a estes vossos cristãos afligidos, que com o coração em vós clamam, rogam e pedem com lágrimas e com suspiros justiça para que lhes valha a sua verdade e a sua inocência, e tornam a clamar justiça e mais justiça, pois sabeis que a pedem com tão justificadas razões!

157.^o E se até agora foi ânimo dos ministros do Santo Offício o fazê-la, e foi justo o seu procedimento na intenção (de que não permita Deus que julguemos mal), tem mostrado a experiência que esse procedimento não é útil, mas danoso. Quem haverá
5 que, vendo crescer com um medicamento o seu achaque, persista em usar do mesmo remédio, e em lugar dele não busque outro? Pois se com estes procedimentos e estilos tem crescido o achaque do
10 Judaísmo, na opinião dos mesmos que o procuram curar, porque se não buscará remédio mais eficaz?

158.^o Era antigamente menos o número dos presos e condenados; eram os autos-da-fé de quarenta, cinquenta até sessenta pessoas; e há muitos anos
15 que são de cento e cinquenta e duzentas e mais. São estes verdadeiramente culpados ou não? Se o são, cresce o dano com o remédio; é necessário buscar outro. E se o não são, mais necessário é acudir aos inocentes que padecem.

20 159.^o Não se variam os costumes e as leis com os tempos? Não se mudam os regimentos dos tribunais? Não variou o mesmo Santo Offício em os seus? Pois porque se não hão-de variar os estilos e procedimentos que estão produzindo tantos danos?

25 160.^o Não se pede perdão geral nem outras cousas que o ódio e a malévola inclinação julga; pede-se se vejam os processos e se confirmem as confissões dos que as fazem naquele tribunal, e se as testemunhas são contestes umas com outras; e se o
30 não são, que se lhes dê remédio eficaz, para que os maus se convertam e conheçam, e os bons que vivem e procedem bem, não temam.

161.^o Não se julgue mentira tão grave pelo ditame do povo bárbaro, que julga vulgarmente com

ódio que tem a esta miserável e afligida gente; julgue-o a prudência, a virtude e as letras com maduro exame; julgue-o quem o pode julgar. Não se atem as mãos daquele em quem Deus pôs nelas
5 o seu poder. A verdade prevalece ao ódio e ao antojo. Esta causa é a mais grave que tem a Igreja e o Reino: a Igreja pelas almas e danos espirituais que envolve; e o Reino pelos espirituais e temporais.

162.º Que de famílias se desonram! Que ódios se
10 acendem! Que fazendas e patrimónios se arruinam! Que vassallos se consomem! Que guerra civil se ateia nos ânimos! Que serviços de Deus se impedem, e do bem público se perdem! Que cabedais se passam a outras nações inimigas desta! Que tem
15 perdido o Reino por esta causa nas Conquistas! Que mercancias se não arriscam! Que danos há, de que este não seja fonte! Que de almas se enlaçam! Em que confusão se vive! Que sujeitos se perdem! Que de moças donzelas se entregam no mundo!
20 E com tudo isto tão conhecidamente manifesto, antevemos que se há-de dizer que todas estas exclamações são simuladas, e que com elas se encobre o ânimo danado de buscar liberdade ao Judaísmo.

163.º Pelo sangue de Jesus Cristo e pelo muito
25 que padeceu em sua paixão santíssima, rogamos e pedimos aos que assim julgarem, suspendam sòmente os juízos, até se examinar todo o referido neste papel, com os processos; e que ponham o coração em Deus, com quem todos os negócios
30 se hão-de consultar primeiro, quanto mais este de tanta consideração e qualidade. Tudo visto e examinado, estaremos pelo que se julgar.

6. *Antojo* significa *fantasia infundada*.

CORRECÇÕES E ADITAMENTOS

Erros de menor monta são, entre alguns outros que tenham escapado, *uma outra* por *uma ou outra* (p. VIII l. 13), *os certos* por *certos* (p. VIII l. 21), *en Lusitania* por *ex Lusitania* (p. LXI l. 4), *o viu* por *a viu* (p. LXII l. 9), *ante* por *antes* (p. 24 l. 19), *pedidas* por *perdidas* (p. 55 nota), *em* por *com* (p. 67 l. 7) *a dos estranhos* por *o das estranhas* (p. 69 l. 23), *canónica* por *canónico* (p. 80 l. 18), *Olivelas* por *Odivelas* (p. 88 l. 17), *pede a* por *pede e* (p. 136 l. 6), *encontram* por *encontraram* (p. 180 l. 6), *se vá* por *se vai* (p. 183 l. 6), *prova* por *provou* (p. 235 l. 4), *pelo tio* por *pela tia* (ib. l. 11).

São de maior gravidade os seguintes:

Pág. 3 linha 10 *Santonges* corrija-se para *Soissons*.
(Vid. *Notas Suplementares*).

" 4 nota: O passo não se refere a Mazarino, mas a Richelieu, de quem nele se diz: *Quando em vida do Cardeal...* Tinha, na verdade, morrido no ano anterior — 1642.

" 51 linha 23 *clareza*. *Serão* corrija-se para *clareza, serão*.

" 54 nota *houvesse virtudes* corrija-se para *se praticassem milagres*.

" 58 linha 22 *ruína?* corrija-se para *ruína*.

- Pág. 59 » 7-8 *que não são os inconvenientes os que... corrija-se para se são os inconvenientes dos que.* O texto do Ms. 692 da B. M. do Porto é mais correcto: «...se pesam mais as conveniências que os inconvenientes que se podem atalhar; e tais mostram ser os que...»
- » 98 » 19 *Assim, e de maneira* corrija-se para *Assim, é de maneira.*
- » 124 » 8 *P.^e Mariano* corrija-se para *P.^e Mariana.*
- » 188 » 13 *em que* corrija-se para *em quem.*
- » » » 23 *sem* corrija-se para *nem.*
- » 235 *cristã-velha* corrija-se para *cristã-nova.*
(Vid. *Notas Suplementares*).

NOTAS SUPLEMENTARES

Pág. 3 linha 10 — Na ed. de Seabra, como nos Mss. vistos em Portugal, é comum a menção do *Conde de Santonges*. No Ms. 11.039 da Biblioteca Nacional de Madrid, outro apógrafo do mesmo escrito traz *Soissons*, em vez de *Santonges*, e é aquella a designação exacta. O conde de Soissons foi um dos nobres mais notáveis na *Guerra dos Príncipes* contra Richelieu.

Sobre as *Notícias Recônditas*, que publicamos em *Apêndice*, interessará saber que foram pela primeira vez publicadas em Londres, designada por *Vila Franca (Cidade da Liberdade)*, graças ao rabino David Neto, médico, nascido em Veneza em 1654 de avós portugueses, notável por sua vasta cultura, ultimamente biografado por Isaac Salomons.

Contra a versão de que é de 1722 a 1.^a impressão, invoca o sábio Prof. Silva Carvalho a data de 1720 da

versão espanhola e portuguesa que encontrou na Biblioteca Nacional — *Noticias Reconditas / del procedimiento / delas / Inquisiciones / de / España, y Portugal / con sus Presos; / Divididas en dos Partes, la primera en Idioma Portuguez, la Segunda en Castellano, Deduzidas de Autores Catholicos Apostolicos Romanos, Eminentes por Dignidade, o por Letras / Obra tan Curiosa como Instructiva, Compilada por um Autor Anonimo. / En Villa Franca / 1720.*

Mas antes de 1720 já o escrito circulava na Europa. Encontrou-a Isaac Salomons num volume intitulado *An Account of the Cruelties exercis'd by the Inquisition in Portugal*, Londres, 1707, e o Prof. A. Gonçalves Rodrigues, de cujo livro — *O Protestante Lusitano — Estudo biográfico e crítico sobre o Cavaleiro de Oliveira* (Coimbra, 1950) — tomo a liberdade de tirar estas notas, encontrou-o «em versão livre e ligeiramente abreviada» como apêndice à edição da *Relation de l'Inquisition de Goa, de Dellon*, publicada em Colónia, em 1709.

Acrescente-se ainda a informação do Prof. Cecil Roth, *The History of the Marranos* (Filadélfia, 1932), segundo a qual um ano antes um conhecido letrado hebreu — Dublin David Machado Sequeira — tinha ido a Londres tratar da publicação da obra, que já anteriormente na mesma cidade circulava manuscrita. Era sua intenção enviá-la com carta sua ao monarca português, mas desistiu do propósito, no receio de mais agravar a situação dos Cristãos-Novos em Portugal.

Tendo o documento sido escrito, como do seu próprio conteúdo se verifica, no tempo em que a Cúria reclamava processos inquisitoriais para revisão, ou seja por 1674, compreende-se que fosse desde data muito anterior a 1708 que ele andasse de mão em mão. Além da versão em latim publicada em 1722 e registada por

Bernardes Branco, ainda em 1750 outra se editou em português, com título diferente e atribuída a Vieira — *Relação Exactíssima... do Procedimento das Inquisições de Portugal... Em Veneza, MDCCL*. Isto mostra o interesse do escrito e é mais uma justificação de aqui se inserir. Diga-se, para terminar, que em 1738 lhe respondeu o inquisidor António Ribeiro de Abreu.

P. 179 nota — Por *questões prejudiciais* se entendem aquelas que inpedem o prosseguimento da acção; as *injudiciais* são aquelas que não são susceptíveis de se pôr em juízo.

P. 235 l. 8-9 — Assim ocorre no texto impresso e no Ms. consultado, mas deve ser *cristã-nova* e quer significar que, se o fora — e podia sê-lo não pelo próprio sangue, mas por sangue judaico com que misturasse o seu — não poderiam ter sido convencidas de falsas as testemunhas que depuseram contra o sobrinho.